

TRADUÇÃO

Um passado para justificar o presente:
memória coletiva, representação
histórica e dominação política na região
cacaueira da Bahia¹

Mary Ann Mahony

Professora Associada do Departamento de História da Central Connecticut State University

Traduzido do original em inglês por Ana Claudia Cruz da Silva, com
revisão da autora

A identidade da elite regional e a busca de sua legitimação social e política influenciaram fortemente as discussões sobre a história da região cacauífera na Bahia ao longo do século XX¹. Durante todo esse período, essas questões ajudaram a configurar e reconfigurar uma tradição narrativa sobre a fundação e o desenvolvimento da região cacauífera, assim como as origens de sua elite. Em poucas palavras, essa narrativa conta a história de homens que trabalharam e lutaram muito para transformar as florestas virgens do sul da Bahia em roças de cacau durante o século XIX. Ela prossegue contando a trajetória dos poucos “desbravadores”², que tiveram sucesso tornando-se ricos e, assim, membros da elite local no século XX. Finalmente, apresenta a sociedade cacauífera como dominada por homens que se fizeram por seus próprios esforços³, sem lançar mão da exploração do trabalho escravo, e, portanto, bem diferente de outras regiões, no Brasil, onde a aristocracia agrária construiu sua riqueza apoiada no trabalho cativo. Estudiosos da história desta região, tanto brasileiros como estrangeiros, já colocaram à prova partes dessa narrativa com pesquisas em história oral ou em arquivos, mas, ainda assim, continua sendo a versão da história contada pelas elites do sul da Bahia a mais freqüentemente encontrada nas publicações de história regional até hoje.

Na verdade, esta narrativa é um mito de origem que conta a história do nascimento da economia cacauífera e da formação de sua elite regional. Como a maioria dos mitos históricos, é uma narrativa que pretende explicar e justificar o passado, mas que também tenta explicar e justificar o presente⁴. Ao expor as dificuldades dos desbravadores do século XIX, ele ajuda a obscurecer desigualdades raciais e a justificar a imensa concentração fundiária e de renda que se desenvolveram na região no século XX. Também ajudou a elite a se defender da reforma agrária, da organização dos trabalhadores e da regularização das leis trabalhistas no meio rural, assim como a reforçar seus apelos por

assistência federal em tempos difíceis. Então, nós sustentamos que esta versão histórica serviu como uma arma na luta da elite cacauera por legitimidade e poder tanto no contexto local quanto nos contextos regional e nacional.

Portanto, essa narrativa heróica do pioneirismo das elites cacaueras não foi inventada, pelo menos não completamente⁵. Defendemos que ela reflete as experiências e as preocupações de um grupo de novos-ricos⁶ da elite cacauera no início do século XX, as quais podem ser comprovadas em documentos oficiais, em publicações dos primeiros anos do século XX, em estudos agrônômicos, pela tradição oral e pelas memórias. Mas a tradição virou mito quando começou a superdimensionar o papel histórico deste grupo em detrimento do papel de outros grupos, entre eles o dos grandes proprietários que mandaram seus escravos para plantar cacau no século XIX e também formaram parte da elite cacauera do século XX.

O presente trabalho reflete sobre o desenvolvimento da tradição narrativa do pioneirismo heróico, como ela se relacionou com as disputas políticas regionais e como, com o passar do tempo, foi sendo transformada em memória coletiva e em história⁷. Ele mostra que elites cacaueras, funcionários do governo, cientistas e intelectuais não a criaram, embora, várias vezes, tenham ajudado a dar forma, a disseminá-la e a torná-la o paradigma dominante da história regional. Como veremos, a batalha pelo controle político da região sempre esteve intimamente ligada à luta pelo controle da história.

1. DA MADEIRA, DOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DO AÇÚCAR AO CACAU: ILHÉUS ATÉ OS ANOS 1880

Ao longo do período colonial e nos primeiros dois terços do século XIX, o que viria a ser a região cacauera da Bahia

produzia madeira, aguardente, açúcar e produtos alimentícios, principalmente mandioca. Boa parte do que ali era produzido era consumido em Salvador, mas uma pequena parte era exportada para a Europa. No século XVIII, jesuítas, autoridades coloniais e imigrantes europeus introduziram a cultura do cacau, o fruto que serve de base para o chocolate, e vários grupos de moradores da região iniciaram pequenos plantios testando a viabilidade econômica do produto. Como resultado, antes de 1800, agricultores da Bahia já exportavam pequenas quantidades de cacau⁸. Ao longo das seis primeiras décadas do século XIX, seu cultivo cresceu muito e, em torno de 1870, emergiu como o mais importante produto de exportação da região. Em 1890, o cacau se tornou o mais importante produto de exportação do Estado da Bahia, colocando o Brasil como o segundo maior produtor do mundo. A essa altura, o cacau desbancou a cana-de-açúcar como principal fonte de riqueza do Estado e expandiu a fronteira agrícola para o oeste e o sul, expulsando os povos indígenas da região à medida que avançava.

Diversos grupos de pessoas participaram nos negócios de plantação e comercialização do cacau, inclusive índios aldeados, colonos europeus, migrantes pobres do Nordeste brasileiro, escravos africanos e alguns poucos grandes proprietários ali residentes no século XIX. O grande atrativo da lavoura cacauera residia no fato de não se precisar de muito capital nem de braços para cultivá-la, especialmente quando comparada com as lavouras de cana e fumo, os dois grandes produtos de exportação da Bahia na época. Era, portanto, uma cultura aberta a todo mundo, desde os mais pobres até os senhores de engenho com seu capital já empregado em engenhos, escravos e plantações de cana.

Ainda que a lavoura cacauera fosse aberta à maior parte da população, nem todos os agricultores tinham condições de plantar muitos pés de cacau. Funcionários do governo baiano encontraram grandes diferenças entre os produtores agrícolas

de Ilhéus quando investigaram a economia da comarca em 1866. No seu relatório, notaram 520 roças de cacau e café, mais nove engenhos de cana de açúcar, doze engenhocas para aguardente e dezoito serrarias de madeira em funcionamento. Os oficiais não indicaram quem eram os donos dessas “fábricas”, mas consideraram que umas 100 roças de cacau e café estavam nas mãos de fazendeiros bem estabelecidos, outras 120 pertenciam a agricultores mais ou menos estabelecidos, e umas 300 eram propriedade de “pobres” que o governo nem chamava de agricultores. O que não disseram foi que as melhores roças de cacau e café pertenciam a um pequeno grupo de grandes proprietários, os quais também eram os donos dos engenhos, engenhocas e serrarias, assim como de muitas terras e escravos. Os oficiais também não mencionaram que muitos dos lavradores “pobres” eram escravos dos grandes proprietários ou dos bem estabelecidos e que estes cativos cultivaram cacau na terra dos donos como parte da economia interna da escravidão, às vezes chamada de “brecha camponesa” na literatura brasileira⁹. Outros lavradores “pobres” eram descendentes dos povos indígenas que haviam sido aldeados em Almada, Ferradas, Catulé ou Olivença no período colonial ou nas primeiras décadas do Império. Em outras palavras, os funcionários do governo baiano não diziam que a economia cacauera estava intimamente ligada ao sistema escravocrata e à hierarquia social da Bahia e do Brasil.

Nos vinte anos seguintes, a economia cacauera cresceu, mas as diferenças entre os produtores de cacau não foram apagadas. Em 1880, a maioria das roças de cacau estava nas mãos de pobres com um pouco mais ou um pouco menos de mil cacaueiros, enquanto um outro grupo de agricultores possuía entre cinco e dez mil pés. Mas os grandes proprietários tinham conseguido plantar entre cinquenta e duzentos mil pés de cacau¹⁰.

Os diferentes tamanhos das roças de cacau refletiam a grande diferença quanto à posse de recursos por parte dos agricultores

de Ilhéus. O maior desafio para todos os produtores de cacau, como para todos os agricultores do Brasil, na época, era o acesso à mão-de-obra. Terra para plantar cacau era razoavelmente fácil de se encontrar em Ilhéus no século XIX, mas a mão-de-obra para trabalhá-la, não. Só alguns poucos produtores dispunham de muitos trabalhadores - fossem escravizados ou livres. A maioria dos agricultores em Ilhéus só podia contar com sua própria mão-de-obra ou dos membros de suas famílias, uma vez que não possuíam escravos nem podiam pagar a trabalhadores livres. Na verdade, em muitos casos, esses lavradores eram ex-escravos que complementavam a renda familiar prestando trabalho temporário nas grandes propriedades. Então, era difícil para eles plantar muito cacau - ou, aliás, qualquer outro cultivo, o que fez com que as desigualdades já existentes na região fossem intensificadas no processo de implantação da nova lavoura.

O sistema comercial também contribuiu para aumentar as desigualdades hierárquicas entre os cultivadores de cacau. Os donos das grandes propriedades não só eram os maiores produtores, como também controlavam as ligações comerciais com Salvador, o porto internacional mais próximo a Ilhéus. Sua posição chave nasceu da prática dos comerciantes exportadores em todo o Brasil escravista de negociar apenas com os maiores proprietários - eram eles que possuíam muitos escravos. Isso significava, para os comerciantes, garantias seguras de reembolso de capital em caso de endividamento do freguês. Durante o período imperial, a pessoa escravizada, como bem móvel, era a única garantia de crédito agrícola que interessava aos comerciantes. Já que esses comerciantes eram também a principal fonte de crédito agrícola no Brasil, apenas o proprietário que possuísse muitos escravos tinha acesso direto ao crédito. Assim, a maioria dos agricultores de Ilhéus não conseguia negociar diretamente com os comerciantes da praça de Salvador. Era preciso adquirir crédito agrícola e vender seus produtos de exportação através de

um intermediário – pois poucos proprietários de terras e escravos tinham acesso a Salvador. Então, esses proprietários, que já eram os maiores donos de terras, os maiores produtores de cacau, assim como de açúcar, café, madeira e produtos alimentícios, também monopolizavam o comércio entre Ilhéus e Salvador e, conseqüentemente, a distribuição do crédito agrícola local¹¹. Vê-se, assim, que antes da abolição, os cultivadores de cacau de Ilhéus foram submetidos a um sistema comercial e financeiro hierárquico muito parecido com o encontrado no Recôncavo Baiano, ainda que em menores dimensões.

A invenção do chocolate ao leite na década de 1870, a abolição da escravidão e a reforma da legislação sobre dívidas agrícolas na década de 1880 trouxeram grandes mudanças para a região cacauzeira. Em Ilhéus, as novas leis quebraram o monopólio dos grandes proprietários sobre o crédito agrícola e sobre o comércio com Salvador, além, é claro, de libertar os escravos do município, muitos dos quais passaram a reivindicar terras para plantar cacau. Nos anos seguintes, comerciantes de Salvador começaram a investir diretamente no novo produto, não mais limitando seus negócios aos antigos proprietários de escravos. Foi também nesse momento que milhares de nordestinos dirigiram-se para a fronteira agrícola do sul da Bahia, onde buscavam trabalho junto a fazendeiros já estabelecidos ou ocupavam terras públicas para que eles mesmos pudessem plantar cacau. A combinação de investimento do novo capital e de crescimento da população junto com a elevação dos preços do cacau permitiram uma extraordinária expansão da lavoura cacauzeira e da exportação do produto. Em 1880, a comarca de Ilhéus era um território de mata ocupado por cerca de cem índios independentes e cerca de quinhentas propriedades agrícolas de vários tamanhos, cujas plantações variadas eram trabalhadas por aproximadamente 10.000 habitantes, entre escravos e livres. Nos quarenta anos seguintes, isto foi modificado, tanto que, em 1920,

a comarca ostentava mais de seis mil fazendas de cacau de vários tamanhos, divididas em dois municípios, e ocupadas por pelo menos 105.000 habitantes. Os índios independentes já tinham se deslocado mais para o sul¹². Nesse processo, os donos das grandes propriedades ficaram mais ricos do que antes, enquanto um grupo de pequenos e médios produtores de cacau conseguiu aumentar suas fazendas, tornando-se ricos.

2. UMA ELITE EM UMA SOCIEDADE PÓS-EMANCIPAÇÃO: CONFLITO INTERNO E IDENTIDADE

Devido a essas mudanças, por volta de 1900, a elite do sul da Bahia estava dividida em dois grupos: um composto de famílias aristocráticas brasileiras e outro formado pelas famílias dos novos-ricos. Embora ambos os grupos fossem igualmente ricos, nesse período, eles não compartilhavam uma identidade de elite. Em vez de uma classe social unida, eles representavam dois grupos de diferentes status, cujas visões de si em relação ao outro refletiam noções de hierarquia social e racial herdadas da sociedade escravocrata que tinha sido abolida ainda muito recentemente¹³.

As grandes fazendas de cacau na época, entre elas Almada, Castelo Novo, Ermo Nobre, Pirata, Vitória, Sant'Anna, Santo Antonio das Pedras, e Esperança, pertenciam a famílias de grande prestígio na Bahia, aí incluídos os Cerqueira Lima, Gallo, Saraiva, Sá Bittencourt Câmara e outras. O dono do Engenho Almada em 1880, Pedro Augusto Cerqueira Lima, era membro de uma família cuja riqueza fora construída, principalmente, a partir do comércio de escravos e seu prestígio era tanto que, supostamente, um de seus parentes convenceria o Imperador Pedro I a não fazer valer os tratados firmados com os ingleses para pôr fim ao tráfico negreiro. O dono do Engenho Santo Antonio das Pedras na mes-

ma época, Fortunato Pereira Gallo, estudou em Coimbra e era descendente de gerações de abastados senhores de engenho do Recôncavo Baiano. Maria Joaquina de Saraiva, dona do Engenho Jacarecica, no Rio Cachoeira, era viúva de um senhor de engenho nascido e criado no Recôncavo Baiano e irmã de José Antonio Saraiva, um dos conselheiros de maior confiança do Imperador D. Pedro II. O Engenho Esperança era propriedade da família Calasans Bittencourt, primos dos donos de grande engenho de açúcar em Sergipe¹⁴. Já os engenhos Vitória, Sant'Anna, Castelo Novo e outros ficaram nas mãos dos vários ramos da família Sá Bittencourt Câmara.

A liderança política local do grupo pertencia a esta última família, a única que mantinha sua residência permanente em Ilhéus. Na virada do século, Domingos Adami de Sá e seu tio Ernesto Sá Bittencourt chefiavam uma família com destacada presença na história de Ilhéus e da Bahia. A fortuna familiar nasceu nas minas de ouro de Minas Gerais e no serviço aos reis de Portugal na época colonial. Em meados do século XVIII, o desembargador João de Sá Bittencourt supervisionou a expulsão dos jesuítas da Bahia e a transferência de algumas das propriedades da ordem para particulares. Entre esses novos donos, encontrava-se a irmã do desembargador, que, com seu marido, tornou-se proprietária do Engenho Acaraí, em Camamu. Os filhos dos novos senhores do engenho, José de Sá Bittencourt Câmara, e o irmão dele, Manuel Ferreira da Câmara, formaram-se em Coimbra, participaram do movimento de independência e exerceram grande influência nos governos do final da época colonial e do início do período imperial. Os dois também contribuíram para o crescimento da comarca: Manoel, por ter escrito um dos primeiros estudos sobre o cacau na Bahia, e José de Sá, por construir estradas ligando o sul da Bahia a Minas Gerais e por escravizar os índios que encontrava pelo caminho, empreendimentos realizados com fundos imperiais. Após a morte deste último, seus doze filhos adquiriram o

Engenho Sant'Anna e outras propriedades em Ilhéus. Os homens dessa geração da família foram condecorados pelo Imperador por participar das guerras da Independência e da Sabinada. As mulheres da família eram letradas, algo bastante raro num período em que poucos homens, e menos ainda mulheres, tinham tais oportunidades. Nos fins do século XIX, os representantes da família em Ilhéus não carregavam o distinto sobrenome Sá Bittencourt Câmara; já não desfrutavam do mesmo nível de educação e influência política de seus ancestrais, mas o clã era o maior dono de terras e escravos da freguesia, administrava as aldeias indígenas da comarca e controlava a política local. E todos os seus membros viam a si mesmos como a geração mais nova de uma distinta família luso-brasileira¹⁵.

Os proprietários “novos-ricos”, por outro lado, eram um grupo muito diferente, dado que saíram das camadas baixas da sociedade. Manuel Misael da Silva Tavares, o filho natural de uma índia solteira, trabalhou como tropeiro antes de se tornar um dos homens mais ricos da Bahia. Já sua esposa, Efrosina Berbert, era parda, tornada filha legítima pelo pai só em seus últimos dias de vida, quando casou com a mãe dela. Miguel José Alves Dias, outro pardo, fora vendedor ambulante de jóias pelas fazendas do interior antes de começar a comprar propriedades de cacau. A esposa dele era filha ilegítima de um abastado fazendeiro de Alagoinhas com sua amante. Firmino Alves era outro pardo, de Sergipe, que se estabeleceu na região em meados do século XIX e se casou com uma mulher de ascendência indígena¹⁶.

A liderança desse grupo pertencia a Antônio Pessoa da Costa e Silva, cujos traços faciais sugerem ancestralidade indígena. Pessoa era natural de Jeremoabo, Bahia, onde nasceu em 1864, filho de agricultor de porte médio. Ainda jovem, estudou com um advogado, tornando-se rábula. Mesmo sem formação universitária, o jovem advogado ganhou emprego como promotor público, primeiro em Vitória da Conquista e em Canavieiras,

também cidades baianas, e depois em Ilhéus, em 1881. Em 1883, ele perdeu o cargo para um advogado formado, mas logo depois conseguiu emprego no governo do Ceará. Lá casou-se com uma senhora de pele mais clara antes de retornar a Ilhéus, sem cargo oficial, para advogar como porta-voz da oposição contra a elite tradicional de Ilhéus¹⁷.

Ainda que não viessem de famílias ricas, nem todos os membros desse grupo de novos-ricos descendiam de africanos ou indígenas. Henrique Berbert Júnior era filho de alemães pobres fugidos das guerras napoleônicas em meados do século XIX. Nasceu na pequena roça de cacau que o pai tinha aberto algumas décadas antes. Ramiro Ildefonso de Araújo Castro, também branco, era descendente de antigos colonizadores de Ilhéus, desde muitos anos sem grandes recursos financeiros. Finalmente, João e Virgílio Calasans de Amorim, outros brancos, trabalharam na venda de seu pai antes de começar a cultivar cacau, ainda que por parte de mãe descendessem de senhores de engenho de Sergipe¹⁸.

Embora esses homens não tivessem nascido em famílias destacadas da Bahia, também não pertenciam às classes mais baixas. A maioria deles era alfabetizada, enquanto cerca de 80% da população local não eram¹⁹. Em geral, suas famílias haviam sido donas de pequenas propriedades ou casas de comércio e, em alguns casos, até de alguns poucos escravos. Mas, se eles não eram completamente pobres antes de se tornarem ricos, quando comparamos suas trajetórias e experiências com as dos membros do grupo aristocrático, todos eles pareciam ter nascido pobres ou pelo menos sem muitos recursos. Eles não herdaram grandes fortunas, não possuíam grande número de escravos e, com poucas exceções, não tinham conexões de parentesco legítimo com as famílias poderosas, nem da Bahia nem do Brasil.

Considerando as diferenças sociais, culturais e mesmo raciais entre os dois grupos, não surpreende que suas relações fossem

tensas, refletindo os legados de três séculos de escravidão e a hierarquia social colonial. O problema central estava na recusa da elite tradicional ilheense em tratar os novos-ricos como iguais – como membros da mesma classe social. As elites tradicionais consideravam os proprietários novos-ricos como inferiores. Eles encontravam a confirmação para as suas atitudes nos hábitos de consumo dos agricultores novos-ricos. Para os proprietários da aristocracia, as marcas de riqueza dos novos-ricos – as casas enormes e cheias de ostentação, como monogramas acima de cada porta de entrada, os penicos de porcelana *Limoges* importados da França (considerados muito bonitos e elegantes para o uso para o qual foram feitos) usados como vasos de flores nas sacadas das novas mansões, os pianos nas casas das fazendas onde ninguém sabia tocar – simplesmente mostravam que os novos-ricos cacauicultores eram “grosseiros”. Para os aristocratas baianos, o novo grupo tinha riqueza, mas isso não os elevava à condição de indivíduos distintos e ilustres. No máximo, eram pouco mais do que uns lavradores caboclos ou mulatos e, na pior das hipóteses, ex-escravos arrogantes com dinheiro.

A elite de Salvador partilhava as atitudes de seus parentes e amigos das famílias aristocráticas de Ilhéus em relação aos novos-ricos, mesmo porque muitos membros da elite tradicional ilheense descendiam de famílias ricas do Recôncavo. Quando os novos-ricos começaram a aparecer em Salvador para tratar de negócios, cuidar da saúde, educar os filhos, tirar férias ou morar, eles enfrentaram muita discriminação social por parte da elite soteropolitana. Talvez os homens novos-ricos e os aristocratas se encontrassem nas casas de comércio da Cidade Baixa de Salvador, mas as famílias não conviviam. As famílias aristocráticas de Salvador não abriam suas casas para receber os novos-ricos como hóspedes, nem os convidavam para almoçar em casa ou participar de festas de aniversário, de batismo ou de casamento. Além disso, não consideravam os filhos ou filhas dos novos-ricos

adequados para casar com membros de suas famílias. O fato de os novos-ricos terem acumulado fortuna e adquirido casas luxuosas em bairros prestigiados de Salvador não era suficiente para torná-los aceitos nos salões da aristocracia baiana. Eles queriam saber como a aristocracia se portava nas suas salas e corredores, mas não desfrutavam de genealogias importantes nem carregavam nomes de famílias distintas; muitos deles nem brancos eram²⁰.

O desdém que essas famílias aristocráticas nutriam pelos novos-ricos não era baseado em superioridade financeira, uma vez que elas sofreram sérias dificuldades quando a economia açucareira entrou em crise depois da abolição. Aquelas famílias que diversificaram os investimentos antes da abolição, como as que investiram em cacau, preservaram e melhoraram suas fortunas, mas muitas não podiam ou não queriam fazê-lo. O fato é que, ricos ou pobres, os membros dessas famílias viam a si mesmos como a verdadeira aristocracia baiana. Suas jóias antigas, os retratos de antepassados ilustres e as construções e monumentos remanescentes dos tempos em que Salvador era a capital da Colônia apenas fortaleciam a confiança em sua própria superioridade. Na virada do século, muitos olhavam com nostalgia para os tempos da escravidão e do auge da cana-de-açúcar e viam com temor e desdém o progresso e a ascensão dos novos-ricos cacauicultores²¹.

Evidentemente que os novos-ricos do cacau se ressentiam dessas atitudes da aristocracia. Eles se orgulhavam de suas realizações, especialmente da riqueza e do progresso que estavam trazendo para o Estado. Achavam que estavam criando uma economia forte em uma parte da Bahia onde os colonizadores portugueses e os senhores do engenho não tiveram sucesso na época colonial. A seu ver, eram eles mesmos, os novos-ricos, que faziam do sul da Bahia um dos maiores produtores de cacau do mundo e que trouxeram as mansões, a linha férrea, o hotel com elevador, os quatro

cinemas e os seis cabarés para Ilhéus. Além disso, consideravam que seu cacau sustentava os negócios no Porto de Salvador e o orçamento do Estado e que tornava possível ao governo erguer novas construções, investir na abertura de novas vias públicas e implantar novos bondes em Salvador. Eles pensavam que seu sacrifício e seu trabalho duro contribuía para o engrandecimento do Estado e isso deveria ser valorizado. Sobretudo, na visão deles, seu sucesso merecia respeito, especialmente porque a mobilidade social era difícil na Bahia e no Brasil.

Em vez de esforçar-se pela aceitação social no nível estadual, onde alianças familiares e força política se fundiam, os novos-ricos começaram sua escalada em direção ao poder local²². Entre 1893 e 1911, Antônio Pessoa da Costa e Silva, o chefe político dos novos-ricos da região, concorreu ao cargo de intendente e vários de seus aliados candidataram-se a vereador da Câmara Municipal. Ao menos em duas ocasiões, eles reivindicaram ter ganhado as eleições, mas não conseguiram chegar ao poder por força de manobras eleitorais que favoreceram o grupo aristocrático liderado por Domingos Adami de Sá e seu tio Ernesto Sá Bittencourt Câmara. Por isso, o controle da intendência municipal ficou nas mãos das famílias aristocráticas durante quase duas décadas após a queda do Império.

A exclusão política trazia sérias conseqüências que mostravam a importância do controle da prefeitura de Ilhéus na época. O intendente recebeu o direito de nomear os delegados de terra, os delegados de polícia e os oficiais de justiça, prerrogativa importante numa época em que milhares de pessoas pobres estavam tentando estabelecer uma roça de cacau nas terras devolutas de Ilhéus pertencentes ao Estado e os donos das grandes propriedades precisavam medir e demarcar judicialmente suas terras. Como intendentes, Ernesto Sá e Domingos Adami de Sá indicavam seus aliados para os cargos de confiança do município e essas pessoas mostravam clara preferência pelos outros cola-

boradores do intendente ao demarcar sesmarias, medir terras devolutas, expulsar posseiros, cobrar dívidas, realizar inventários e instaurar processos criminais. Os adamistas também receberam acesso preferencial a fundos municipais e ao limitado programa de crédito agrícola do Estado. Talvez o mais importante é que eles conseguiram manipular a construção da ferrovia e fizeram com que esta servisse aos distritos adamistas - Itaípe, Castelo Novo e Almada, deixando de fora o principal distrito pessoísta da época, Cachoeira de Itabuna. Em nível estadual, bloquearam os esforços dos novos-ricos para criar um novo município, Itabuna, emancipando-o do território controlado por Ilhéus e não protegeram o cacau de uma taxa de exportação astronômica de 14%, ainda que a exportação do açúcar estivesse em um por cento²³. Não surpreende, então, que os novos-ricos achassem que os adamistas e seus aliados da capital os estivessem explorando.

A percepção por parte dos novos-ricos de se sentirem explorados pela aristocracia contribuiu para a formação de sua identidade como elite e alimentou duas décadas de conflitos violentos entre eles e seus inimigos políticos; também deu o tom dos discursos das campanhas políticas de Antônio Pessoa. Nas páginas do seu primeiro jornal, *A Gazeta de Ilhéus*, Pessoa identificava seus inimigos - Domingos Adami de Sá, Ernesto Sá Bittencourt Câmara e seus aliados - como os “senhores de escravos”, “ditadores” e “senhores feudais” da região. Ele chamava Adami de o “Imperador Nero de Ilhéus”; e comentou que, se Ernesto Sá Bittencourt Câmara não era rico, não foi por falta de escravos ou de herança; e até lembrou aos seus leitores que a família Sá foi acusada de obter um enorme contingente de escravos ilegalmente em 1851. Ele acusava seus oponentes de manipular o governo em benefício próprio, de atacar agricultores pobres e pacíficos, assim como de agredi-los e insultá-los chamando a atenção para as suas origens na África e na escravidão. Ao mesmo tempo, Pessoa apresentava a si mesmo como o defensor

dos pequenos e o promotor do progresso. Pessoa enfatizava que ele e seus “correligionários” e amigos haviam trabalhado duro e lutado muito para ganhar o que tinham e que suas fortunas não nasceram de riqueza herdada. Nas palavras dele, eram “produtos dos seus próprios esforços” e eram vítimas da visão retrógrada dos autoritários aristocratas da Bahia²⁴. De diversas maneiras, Pessoa e seu grupo admitiam ser pessoas de origem humilde, que não tinham nascido em famílias ilustres e que eram homens que trabalhavam em vez de mandar trabalhar, mas deram novos significados a esta condição.

O discurso de Pessoa era também um apelo direto ao apoio político de centenas de proprietários de roças de cacau de pequeno e médio porte da região - a maioria de descendência afro-brasileira ou indígena - e aos milhares de migrantes nordestinos que inchavam a população local buscando trabalho ou tentando se estabelecer como cacauicultores. Até 1888, tanto dentre os que nasceram no sul da Bahia como os que vieram de outras partes do estado ou de Sergipe, havia pessoas que viveram a escravidão enquanto outras formavam parte da população livre e pobre, de cor. Todas elas haviam crescido em Estados controlados pela aristocracia da cana-de-açúcar, donas de muitos escravos e viam o cacau como a esperança para uma nova vida em outro tipo de sociedade. A estratégia de Pessoa era brilhante: identificava seus aliados - os novos-ricos - com os trabalhadores, pequenos produtores e novos migrantes na região, e seus inimigos - os Adamis - com os aristocratas e ex-senhores de escravos que dominaram os lugares onde eles nasceram. Era uma maneira eficaz de recrutar trabalhadores rurais para as grandes fazendas dos novos-ricos, jagunços para a guerra com Adami e apoio político dos pequenos produtores. O que Pessoa nunca mencionou é que várias das famílias de seu grupo também já haviam possuído escravos, que as fortunas de muitos dos homens bem sucedidos de seu partido eram baseadas em casamentos com mulheres de

famílias já razoavelmente bem estabelecidas, ou que muitos deles expandiram seus negócios por meio da expropriação de pequenos proprietários endividados. Em vez disso, ele oferecia um sonho de mobilidade social acessível a qualquer trabalhador.

Seria tentador sugerir que aqueles pequenos fazendeiros e trabalhadores rurais que se uniam ao campo pessoísta estavam sendo iludidos. Mas é mais útil ver a retórica de Pessoa como um apelo aos “joões-ninguém” bem sucedidos e àqueles que esperavam se tornar bem sucedidos para se unissem contra a elite tradicional baiana nos anos pós-abolição e proclamação da República. Esses apelos refletiam as autopercepções e, em certo grau, as realidades de um grupo crescente de ricos cacauicultores e comerciantes oriundos de famílias não-aristocráticas. A retórica pessoísta também refletia as aspirações de milhares de pessoas em Ilhéus que acreditavam que as mudanças que acabavam de ocorrer no Brasil criariam oportunidades para eles no interior baiano²⁵.

Experiências e retóricas como a pessoísta ressoavam além dos limites da região cacauceira e mesmo da Bahia. Por todo o Brasil, grupos sociais representando novos setores econômicos emergiram durante o século XIX para desafiar aristocratas tradicionais. Os membros desses novos grupos aderiram às idéias republicanas durante as décadas que antecederam a queda da Monarquia e ficaram desiludidos quando perceberam que muitas das reformas que esperavam não foram implementadas e que muitos aristocratas da época imperial mantiveram intactos seu poder e privilégios após a transição para o governo republicano. Este era particularmente o caso da Bahia, o último Estado a aderir à república, onde aristocratas do Império eram muito fortes, onde o movimento republicano era um dos mais fracos da nação e onde hierarquias sociais, raciais e políticas estavam profundamente enraizadas²⁶.

Outros elementos do discurso pessoísta não eram tão ampla-

mente compartilhados, fosse na Bahia ou no Brasil. Pessoa não se referia explicitamente à raça quando comentava sobre aqueles que o apoiavam, mas havia uma referência à raça em sua retórica e seus leitores e ouvintes teriam entendido isso. Mestiços, caboclos ou negros formavam cerca de 80% da população ilheense. Além do mais, pelo menos dois terços dos habitantes da Bahia e de outros Estados nordestinos eram negros ou mestiços. Embora não houvesse uma divisão rígida de cor e classe no Nordeste, era, em geral, verdade que brancos e mulatos “claros” ou mestiços tendiam a pertencer às classes mais altas, enquanto mestiços “escuras”, mulatos, indígenas ou negros pertenciam às classes mais baixas. Nas primeiras décadas do século XX, como ainda hoje, falar de migrantes nordestinos ou baianos humildes era falar de pessoas com pele “escura”²⁷.

Esta mensagem racial fez a retórica de Pessoa ser bastante diferente daquela que seria mais comum no Brasil naquele momento. Aqueles que apoiavam as reformas republicanas não necessariamente acreditavam em igualdade racial: a intelligentsia do primeiro período republicano era fortemente influenciada pelos princípios do positivismo e pelo darwinismo social. Intelectuais e outras elites acreditavam que a população miscigenada e a africana eram responsáveis pelo atraso do Brasil. Para resolver o problema, agricultores brasileiros esperavam encorajar imigrantes europeus a virem “embranquecer” a população. Nós conhecemos os esforços paulistas para se fazer isso; o que é menos conhecido é que a elite açucareira baiana teve os mesmos objetivos. Seus planos, porém, fracassaram, mas a falta de sucesso em “embranquecer” a Bahia não deve ser percebida como uma ausência de interesse por essa mesma política, ou tomada como evidência de que seus representantes tinham atitudes mais tolerantes em relação a afro-brasileiros ou a outros não-brancos²⁸.

Quando Pessoa começou a escrever em *A Gazeta de Ilhéos* afirmando que alguns dos homens mais ricos da Bahia eram

“produtos de seus próprios esforços”, o Estado da Bahia havia acabado de executar milhares de seguidores de Antônio Conselheiro²⁹. Essas pessoas eram todas de ascendência misturada de índios, africanos e europeus e vinham das mesmas regiões e camadas sociais dos migrantes que se dirigiram à área do cacau. Ainda que pudesse haver algumas diferenças entre os migrantes que foram para Ilhéus e os que foram para Canudos, a população rural pobre nativa de Ilhéus e a que residia em Canudos compartilhavam de uma herança racial similar³⁰. A retórica de Pessoa, argumentando que pessoas de origem não-aristocrática e, por extensão, não-brancas haviam criado a economia mais importante da Bahia, fazia com que as atitudes baiana e brasileira em relação à raça e classe fossem invertidas. Não-brancos e pobres não puxavam o Estado para baixo. Ao contrário, eram eles que o faziam crescer.

3. OS NOVOS-RICOS NO PODER MUNICIPAL

Em 1911, com a força das elites tradicionais na Bahia em declínio, Pessoa conseguiu se eleger para a Assembléia Legislativa da Bahia. No ano seguinte, ele e o grupo novo-rico finalmente ganharam o controle da prefeitura de Ilhéus quando J. J. Seabra, amigo e aliado político, foi eleito governador. No novo governo, Pessoa conseguiu eleger-se para o cargo de presidente da Assembléia Legislativa e também tornou-se intendente de Ilhéus. Depois de vários anos ocupando simultaneamente os dois cargos, Pessoa foi substituído na intendência por Manuel Misael da Silva Tavares, seguido por outros aliados políticos, mas manteve sua posição na legislatura estadual e ainda continuou exercendo seu poder em nível local como membro da Câmara Municipal durante muitos anos.

Ainda que tivessem alcançado o poder municipal, os novos-ricos não destituíram completamente a aristocracia do poder

político, já que o marido de uma das sobrinhas de Adami, João Mangabeira, fora eleito para a legislatura federal e lá permaneceu. Além disso, vários membros do clã dos Cerqueira Lima, embora nunca tenham se envolvido formalmente com a política local, negociavam em Salvador para influenciar políticas estaduais e nacionais referentes à região cacauífera e à Bahia através da Associação de Agricultura Baiana³¹. Pela primeira vez, tanto os aristocratas quanto os novos-ricos tinham acesso ao poder político.

A crescente influência de Pessoa e dos novos-ricos, tanto na política quanto na história, não significava que a tensão entre os dois grupos de elites em Ilhéus tivesse arrefecido. Ao contrário, tornou-se mais explosiva nos anos seguintes com a ascensão dos novos-ricos ao poder municipal. A violência política que, até a década de 1880, era esporádica, tornou-se uma marca das disputas na área do cacau: aristocratas e novos-ricos e seus aliados lutavam uns contra os outros, assim como ambiciosos recém-chegados e pequenos produtores. Disputas por cobrança forçada de dívidas, dúvidas sobre limites de propriedades, controle sobre as estações da estrada de ferro, nomeações municipais, eleições e honra de família quase sempre resultavam em assassinatos e tiroteios.

Nessa época, os novos-ricos também começaram uma luta pelo controle da história regional. Em 1914, para exibir e enfatizar a modernização da estrutura urbana da cidade de Ilhéus e o papel dos novos-ricos em trazê-la, Pessoa encomendou uma obra sobre a história de Ilhéus que dotaria o município “de um índice de seus fatos mais notáveis na História do Brasil”³². O livro, *Memória sobre o município de Ilhéus*, escrito por Francisco Borges de Barros, conta a história das lutas dos colonizadores portugueses contra os índios em Ilhéus e as dificuldades em estabelecer uma economia de vulto na região na época colonial. A maior parte do texto, entretanto, narra a introdução do cacau na região e as contribuições heróicas dos fazendeiros novos-ricos para o progresso da cidade. De acordo com o autor, um viajante europeu

teria plantado o primeiro pé de cacau em Canavieiras em 1746. Ninguém havia reconhecido o potencial da planta até que um grupo de alemães começou a cultivá-la no começo do século XIX. Posteriormente, ondas de migrantes nordestinos continuaram a plantar o cacau, tanto que foi significativo seu crescimento ao longo do século XIX. Mas o cacau só se tornou importante depois de 1890 devido à iniciativa de homens pioneiros que, com o seu trabalho, criaram a prosperidade de Ilhéus³³.

Essa narrativa, que confundia a história da cidade com a própria trajetória dos novos-ricos, era, como estamos argumentando, um texto político concebido no contexto de uma batalha política. Ao longo do livro, o progresso foi associado ao cacau e o cacau foi associado aos novos-ricos e a seus ancestrais. Jesuítas, administradores coloniais, aristocratas e escravos nada tiveram a ver com a introdução ou o desenvolvimento do cacau no sul da Bahia. Em vez disso, um estrangeiro, em uma outra cidade, foi o primeiro a plantá-lo e seu cultivo só se espalhou quando os colonizadores alemães e os nordestinos chegaram. Entre esses colonizadores alemães, todo mundo sabia, estavam os Berbert; entre os nordestinos, estavam os Calasans e o próprio Pessoa. Pessoa e Misael Tavares foram apresentados como “produtos de seus próprios esforços” e progressistas. Domingos Adami e Ernesto Sá apareceram como homens de famílias tradicionais, ex-donos de muitos escravos. Embora muitos dos mais proeminentes pessoístas também tenham possuído escravos, Borges de Barros nunca mencionou tal fato inconveniente, e colocou Pessoa na liderança de uma campanha abolicionista em Ilhéus³⁴.

Contratado por autoridades locais para escrever a história da cidade, Borges de Barros dificilmente iria produzir uma narrativa em que seus próprios padrões e antepassados não figurassem como os principais atores. É mais surpreendente, entretanto, que esta mesma versão da história aparecesse em outros trabalhos feitos por biólogos, agrônomos, burocratas e cientistas sociais de

outras partes do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos no século XX. Mas foi isso o que aconteceu. O processo começou quando o agrônomo holandês Leo Zehntner, o maior especialista de seu tempo em cacau, veio ao sul da Bahia para estudar as fazendas de cacau. Zehntner passou uma centena de dias no sul da Bahia, entre 1909 e 1911, contratado pelo Governo do Estado e pela Associação Comercial da Bahia. O livro que ele escreveu, baseado nas suas pesquisas, é uma fonte maravilhosa de informações sobre a região do cacau em torno de 1910, mas a pequena seção histórica deixa a desejar. Baseada em entrevistas com as elites locais e em um texto publicado em 1852, o cientista holandês observou que o cacau foi introduzido na região em meados do século XVIII, mas, por quem, ele não tinha certeza. A extensa família Sá deu importantes contribuições para a região, mas, de acordo com a sua interpretação, os colonizadores alemães tiveram o papel mais significativo no desenvolvimento do cacau no princípio do século XIX. Mais importante, a seu ver, foi que “grande parte das plantações foi feita sem outro capital que o braço forte e a energia dos pioneiros intrépidos - os pequenos produtores - que penetraram corajosamente a floresta verde e inóspita para fazer suas roças”³⁵. Quando o texto foi finalmente publicado em Berlim, foi distribuído para bibliotecas da Europa e dos Estados Unidos, onde continuam guardados³⁶.

Estudiosos do cacau, na Bahia, começaram a citar Zehntner quase que imediatamente. Em 1917, o ministro brasileiro da Agricultura, Miguel Calmon, citou-o em um estudo sobre o cacau financiado pelo Governo Federal, notando que homens sem qualquer outro capital além “da força de seus braços e do suor de seus rostos” tinham vencido a floresta hostil e estabelecido a economia cacaueira³⁷. Calmon era descendente de várias gerações de donos de escravos baianos e membro da Associação de Agricultura Baiana, organização à qual também pertenciam os donos da Fazenda Almada, os Cerqueira Lima. É inconcebível

que ele não tivesse consciência do papel que as tradicionais famílias baianas donas de escravos tiveram no desenvolvimento da região do cacau, mas ele nada mencionou sobre elas. Talvez estivesse convencido de que a elite que saiu do Recôncavo para fazer fortuna com cacau também implantou a lavoura com “a força de seus braços e o suor do rosto.” Em 1923, enquanto Calmon era ainda ministro da agricultura no Governo Federal, Affonso Costa, diretor da seção de informação do ministério, escreveu simplesmente que a economia do cacau era o resultado de um trabalho tenaz. Certamente ele sabia que baianos de famílias ricas tinham investido no cacau porque alguns de seus dados vieram do clã dos Cerqueira Lima, mas ele não mencionou o papel da família no desenvolvimento da lavoura. Pessoa deve ter ficado satisfeito: a trajetória dos novos-ricos estava se confundindo com a história da região cacauera em publicações nacionais.

Enquanto a história regional era cada vez mais ligada aos novos-ricos, a situação no campo era mais conflituosa. Em 1919, uma desavença entre dois clãs estabelecidos em Sequeiro do Espinho - hoje Itajuípe -, um aliado dos Pessoístas e outro dos Adamistas, explodiu em uma luta sangrenta quando Basílio de Oliveira e os irmãos Badaró mobilizaram jagunços e aliados políticos numa luta sangüinária. Pequenos proprietários, trabalhadores e bandidos se uniram a cada um dos lados e muitos pareceram tirar vantagem da violência para acertar contas decorrentes do processo de expropriação que vinha ocorrendo há muitos anos. Eventualmente, a Associação Comercial de Ilhéus persuadiu o Governador para que enviasse a milícia estadual para ocupar a região e acabar com a violência. Outros interesses conseguiram que o Governo Federal mandasse o couraçado “Deodoro”, da Divisão Naval do Norte, passar duas semanas ancorado no porto de Ilhéus em fevereiro de 1920³⁸. Quando a luta acabou, tanto membros dos pessoístas quanto dos adamistas haviam perdido propriedades que valiam milhares de dólares.

4. APRENDENDO SOBRE TOLERÂNCIA

Na década de 1920, os dois grupos das elites começaram a perceber que partilhavam inimigos comuns. A luta por Sequeiro Grande, ou a “guerra” dos “Badarós e de Basílio,” como veio a ser conhecida, foi um ponto crítico nesse processo. A fúria dos trabalhadores rurais desempregados e pequenos fazendeiros expropriados que havia sido liberada pela desavença entre as elites chocou a ambos os grupos. Sua emergente consciência definiu-se com maior clareza quando se defrontaram com as altas taxas de juros e os preços internacionais instáveis para o cacau. Aos poucos, os fazendeiros de cacau reconheceram que sua incapacidade de caminhar unidos podia levá-los à ruína financeira e à instabilidade política da região³⁹. Ficou cada vez mais evidente, a ambos os grupos, que a solidariedade de classe era mais importante que a disputa pelo poder.

Esse desenvolvimento de consciência de classe foi ajudado pelo gradual abafamento das tensões sociais. Enquanto na primeira geração as elites de cacau vieram de mundos muito diferentes, seus filhos e filhas já não experimentaram tão radicalmente as diferenças que dividiam seus pais. Na segunda geração, os filhos freqüentaram os mesmos internatos em Salvador e obtiveram seus títulos de direito ou de medicina nas mesmas faculdades, enquanto as filhas freqüentavam as mesmas escolas religiosas. Eles se encontravam nas férias no Rio, em São Paulo e em Paris. Aos poucos, as diferenças sociais entre as elites dos novos-ricos e dos tradicionais estavam desaparecendo⁴⁰. Esta crescente aliança não significava que não houvesse mais diferenças de opinião entre elas, ou que todos os vestígios da antiga rivalidade haviam sido apagados. Mas a divisão novo dinheiro/velho dinheiro começava a findar ou a se fundir. Filhos e filhas bem-educados de ambos os grupos caçoavam do comportamento provinciano de seus pais. Os pais novos-ricos tentavam proteger as fortunas de

seus filhos em casamentos com quem eles não confiassem. Pessoa deixou de atacar os Adami e abriu briga com Tavares baseada em suas práticas comerciais, e muitos desprezavam Pessoa. Mas os dois grupos deixaram de tentar se matar.

Em 1923, o governo municipal de Ilhéus financiou a publicação de um livro que refletia a nova situação. Intitulado O livro de Ilhéus: a colaboração do município para o progresso geral do Estado da Bahia, o texto incluía discussões sobre desenvolvimento social, agricultura, indústria, comércio e transporte nos anos 20, além de fotos de homens proeminentes de ambos os grupos e dois ensaios sobre história regional. Um contava as contribuições dos jesuítas, administradores coloniais, senhores de engenho, alemães e migrantes nordestinos no estabelecimento da região do cacau. O outro, baseado “nos trabalhos de Borges de Barros e outros”, omitia toda essa história, contudo, lembrava aos leitores que os Sá haviam roubado duas eleições de Pessoa. Mas ambos concordavam que o cacau e o progresso estavam ligados e nenhum deles mencionava que escravos tinham em momento algum plantado um só pé de cacau nas fazendas do sul da Bahia⁴¹.

A consciência de classe por parte das elites se desenvolveu mais quando a economia internacional entrou em crise, em 1929, coincidindo com a morte da geração que se formou antes da abolição e consolidou-se pouco depois da proclamação da República. Na década de 1930, Adami e Ernesto Sá estavam mortos. Pessoa ainda vivia e desfrutava de enorme influência local, mas aos poucos deixava seus negócios para seus filhos e netos. Além disso, o mercado mundial, antes fonte de grande riqueza, ameaçava destruí-los numa conjuntura bastante desfavorável às exportações de cacau e a outros produtos agrícolas brasileiros. Muitos cacauicultores, mergulhados em dívidas, tiveram que enfrentar seus credores na justiça. Muitos de seus trabalhadores tiveram seus salários cortados ou simplesmente perderam o em-

prego. Não surpreendentemente, os trabalhadores responderam começando a se organizar para mudar os termos das relações de trabalho no campo, enquanto os índios do interior começaram a se unir para se opor à expansão da lavoura cacaueteira⁴².

Foi nessa difícil conjuntura para os cacauicultores que uma nova política de aliança juntou, sob um mesmo guarda-chuva partidário, os filhos graduados dos proprietários tradicionais e alguns dos novos-ricos, particularmente os Lavigne e os Berbert. Seu programa, esboçado por Ramiro Berbert de Castro e Eusínio Lavigne em várias publicações, prometia estabelecer a ordem legal na região; promover a educação e a saúde nas zonas rurais e urbanas; melhorar a infra-estrutura, a pesquisa sobre o cacau e os programas de extensão agrícola; fazer lobby em favor do cacau baiano em capitais estrangeiras; estabelecer uma bolsa de valores para o cacau com informações completas sobre as transações diárias nos mercados estrangeiros; reformar o sistema de impostos; estabelecer cooperativas entre os produtores para negociar a compra e a venda de cacau; e incentivar a industrialização do chocolate na própria região cacaueteira⁴³. Era um programa de reforma abrangente e muito bem pensado.

Eusínio Gaston Lavigne emergiu como o líder do grupo político. Ele era descendente, por um lado, da família Sá e, por outro, de imigrantes franceses que chegaram ao Brasil com a expedição de Taunay. Ele nasceu em 1883, pouco antes da abolição, e formou-se em direito na prestigiada Faculdade de Direito de Recife, em 1908. Apesar de seus ancestrais, ele era um tipo de político muito diferente de Domingos Adami e de Ernesto Sá. Muitos o chamavam de comunista, mas sua filosofia política era bem mais populista. Como outros populistas de sua época, ele via a si mesmo como amigo do homem comum e defensor da soberania regional contra a agressão do capital estrangeiro. Acreditava que a cooperação entre classes e uma liderança iluminada poderiam trazer importantes benefícios para a região e

para a nação. Mas ele e seus aliados tinham um problema político: de que maneira se apresentar como reformadores legítimos com os antepassados que tinham? No final das contas, Pessoa efetivamente rotulou os ancestrais de Eusínio Lavigne como aristocratas donos de escravos, um legado que nem os Lavigne nem os Berbert estavam interessados em enfatizar. Tão ruim, senão pior do que isso, os credores que arrasavam os pequenos produtores com as cobranças das dívidas e os cacauicultores que demitiam um grande número de trabalhadores rurais eram seus amigos, ou mesmo membros de suas famílias. O casamento de Lavigne com Odília Teixeira, uma mulher mestiça, ajudou simbolicamente, mas, quando Vargas o nomeou como intendente, em 1931, novas oportunidades para ele se abriram⁴⁴. Seguindo os passos de Pessoa, Lavigne também lançou mão da história para justificar e favorecer suas aspirações políticas. Como veremos adiante, dois textos encomendados por sua administração ajudam a mostrar como a forma de contar a história da cidade serviu como estratégia de luta pelo poder local.

Nas celebrações marcando o quinquagésimo aniversário da criação da vila de Ilhéus, Lavigne convidou Epaminondas Berbert de Castro, o maior intelectual das famílias novas-ricas, para falar sobre a história regional⁴⁵. O discurso foi uma sofisticada encenação da tradição nova-rica. Nele, Berbert de Castro argumentou que Ilhéus tinha crescido vagarosamente, mas era “à maneira dessas povoações criptógamas que, como se tocadas de uma vara mágica, vão surgindo, a súbitas, perfeitas e acabadas, no *hinterland* da América do Norte ou de São Paulo”⁴⁶. Ilhéus tinha uma história tão antiga quanto qualquer outra no Brasil; se não era uma história de prestígio, isso não era culpa de seus habitantes. Ilhéus não realizou seu potencial durante o período colonial porque não foi apoiada pelo governo colonial. Mas correntes de colonizadores vindos de diferentes lugares, primeiro da Alemanha e em seguida de vários estados brasilei-

ros, começaram a substituir a floresta virgem por plantação de cacau. Finalmente, a vila de Ilhéus começou a crescer e, em 1881, a Província da Bahia recompensou seus habitantes ao torná-la uma cidade. Nos anos seguintes, o cacau cumpriu sua promessa e, em 1931, era “uma esplêndida realidade”, tornada possível pelos cacauicultores⁴⁷.

Lavigne também contratou João da Silva Campos, o mais importante historiador baiano da época, para escrever uma história de Ilhéus. A Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus não foi publicada até 1938, mas é o trabalho de vários anos e claramente esboça idéias de Lavigne sobre a história regional. O texto volumoso faz uma crônica do período de 1500 a 1936 e inclui referências à escravidão, ao tráfico de escravos, aos produtores aristocráticos e desbravadores sulbairianos. Foi uma pesquisa muito séria: Silva Campos consultou todas as fontes primárias e secundárias que descobriu sobre Ilhéus em arquivos locais, estaduais e nacionais. Entretanto, o texto não contém argumento narrativo claro, as fontes não são contextualizadas, nem contradições entre elas são explicadas. É possível, porém, identificar idéias gerais que marcam sua interpretação. A posição política de Eusíbio Lavigne surge claramente ao longo de toda a crônica. Na visão de Silva Campos, a região merecia administração iluminada. O primeiro representante de tal administração era Manuel Ferreira da Câmara – formado em Coimbra, amigo do imperador português, pai fundador da nação, administrador colonial, bastante responsável pela introdução do cacau na região, e ancestral de Lavigne. Os Sá, Lavigne, Cerqueira Lima e outros proprietários locais foram produtores de vanguarda, em larga medida responsáveis pela expansão do cacau no século XIX. Pessoas de origem humilde, especialmente colonos alemães e nordestinos, também deram importantes contribuições, tanto que na década de 1880, havia um significativo crescimento econômico na região do cacau envolvendo tanto pequenos fazendeiros

quanto os maiores proprietários do Estado. Todas essas pessoas contribuíram para o desenvolvimento de Ilhéus, embora em variados momentos e de diversas maneiras. Frequentemente, eles foram rivais implacáveis, mas a escolha de Eusínio Lavigne como intendente abriu as portas de uma nova era de cooperação e trabalho⁴⁸.

Argumentos como esses eram um forte apelo ao orgulho regional e à unidade num momento em que a região cacauífera estava sofrendo os efeitos severos de uma crise econômica. Eles também ligavam o passado e o presente da região a noções de nacionalismo e desenvolvimento brasileiro no momento em que a nação inteira estava sofrendo os efeitos da crise econômica internacional e conflitos sociais estavam se intensificando. Além do mais, a ênfase sobre desbravadores e produtores progressistas fez com que os cacauicultores e seus ancestrais parecessem mais com os heróicos bandeirantes e os produtores progressistas de São Paulo do que com os abatidos aristocratas da indústria açucareira da Bahia⁴⁹. Dessa perspectiva, salvar os cacauicultores baianos do colapso econômico provocado pelos baixos preços do cacau era fazer justiça à própria história de homens que fizeram a riqueza de uma região.

Conceber a história nestes termos contribuiu com os esforços da elite cacauífera para obter maior atenção dos governos estadual e nacional na década de 1930. Em junho de 1931, importantes segmentos das lideranças baiana e brasileira pareciam convencidas da legitimidade das reivindicações da elite ilheense. Evidentemente que isso não resultou apenas dos esforços de Lavigne e de Berbert de Castro de conectar a história da região cacauífera à história de São Paulo, mas ajudou a desenvolver simpatia estadual e nacional em relação aos fazendeiros de cacau. Logo que assumiu a prefeitura, Lavigne enviou imediatamente uma delegação de cacauicultores para reunir-se com o presidente Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, então capital do país. O presidente

concedeu dez minutos aos delegados da região cacauzeira, mas a conversa o impressionou tanto que terminou se estendendo por uma hora. Depois da reunião, Vargas os encaminhou ao ministro da agricultura. Meses depois, Vargas anunciou uma moratória para os cacauicultores endividados e criou o Instituto de Cacau da Bahia (ICB), um programa de pesquisa e desenvolvimento, assim como uma cooperativa de crédito e comércio, financiada com uma subvenção inicial do governo de 10:000\$ e uma taxa sobre as exportações do cacau⁵⁰.

Em face das dificuldades financeiras pelas quais a região e o Brasil se encontravam, não foi difícil convencer o Governo de que os cacauicultores necessitavam de auxílio governamental. Porém, persuadir o Governo Federal de que eles mereciam ajuda, indubitavelmente, não era tão fácil. Muitos grupos estavam demandando socorro e, nos anos 30, brasileiros do sul associavam os nordestinos, e baianos em particular, com o atraso, e os consideravam um obstáculo ao progresso do Brasil. Não sabemos exatamente como foi possível convencer o presidente Vargas, oriundo do estado sulista do Rio Grande do Sul, de que esses baianos e nordestinos mereciam ajuda, mas apresentar a si mesmos como os descendentes dos desbravadores que trabalharam com as próprias mãos para construir o progresso da região certamente foi um argumento muito forte⁵¹.

O Instituto era um projeto abrangente e ambicioso para a defesa “da classe agrária”⁵². Apesar do idealismo de seu programa inicial, ele nunca atingiu todas as suas expectativas e acabou exacerbando a concentração de terras. Havia vários problemas inerentes ao programa. O primeiro era que não havia uma classe única de cacauicultores. Eles pertenciam a, no mínimo, três classes: a elite, composta por produtores muito ricos - fossem aristocráticos ou novos-ricos - que também tinham investimentos em comércio e por um grupo de comerciantes também ricos com investimentos em cacau; um grupo de produtores de médio porte

que também comercializava o cacau; e um grupo de pequenos produtores sem investimento em comércio, mas cujos filhos e irmãos complementavam a renda familiar trabalhando para outros produtores. O segundo problema era que os aristocratas do cacau da Bahia, sobretudo os Cerqueira Lima, parecem ter influenciado a política do Instituto por baixo dos panos. Octavio Muniz Barreto, casado com a neta de Pedro Augusto de Cerqueira Lima, participou da preparação do plano que o ICB apresentou para o governo da Bahia em março de 1931 e, provavelmente, também teve participação na escolha de Ignácio Tosta Filho como seu primeiro diretor executivo. Outro membro da família, Armando de Lemos Peixoto, um produtor/comerciante português casado com uma outra neta de Pedro Augusto de Cerqueira Lima, tornou-se um dos seus diretores associados. A fazenda experimental onde os técnicos do Instituto começaram a conduzir suas experiências fazia limite com a propriedade dos Cerqueira Lima e provavelmente foi desmembrada do Engenho Almada, que lhes pertencia. Por fim, a família possuía um grande número de cotas na cooperativa que o ICB formou. Não sabemos ao certo se eles estavam determinando a política do Instituto, mas sua presença na instituição pode, talvez, explicar a falta de interesse dos funcionários quanto ao futuro dos produtores de pequeno e médio porte.

Pelo menos no papel, Tosta Filho foi uma excelente escolha para a direção do Instituto, embora Lavigne não tenha ficado muito contente com esta nomeação. Ele veio de uma família produtora de café muito bem sucedida e estudou cooperativismo agrícola nos Estados Unidos. Ele era, na verdade, filho do homem que havia instituído o programa de valorização do café no Brasil na década de 1910 e certamente aprendeu com os erros de seu pai. Além disso, estava cheio de idéias sobre o que era possível fazer na região do cacau. Mas os aspectos mais socialmente progressistas de seu programa, aqueles direcionados

aos pequenos produtores, rapidamente foram deixados de lado porque o Instituto insistiu em trabalhar só com produtores já com título legal de suas terras. A maioria dos pequenos produtores não o possuía e, por isso, não podia participar dos programas para perdoar as dívidas, nem receber crédito do instituto. Por outro lado, Tosta Filho permitiu que exportadores de cacau que tinham adquirido fazendas se tornassem os maiores acionistas do Instituto, contrariando um dos objetivos traçados por ocasião de sua criação: a proteção de todos os produtores da ação dos exportadores. Posteriormente, ficou evidente que ocorreu o contrário, pois o Instituto terminou contribuindo com a exclusão dos pequenos da lavoura cacauera e a concentração fundiária na região⁵³. “Boa” administração combinada com depressão econômica concorreram para reduzir o número de fazendeiros envolvidos no cultivo do cacau.

Por ironia, o Instituto continuou a endossar o discurso que valorizava a saga dos desbravadores que ergueram o progresso da região com os próprios braços. Em dois importantes estudos sobre a região, Tosta Filho analisou a lavoura cacauera só a partir de 1890, quando a Bahia já estava na pauta dos maiores produtores de cacau no mundo. Argumentou que a grande propriedade cacauera se formou à custa dos pequenos produtores que foram aniquilados pela ação combinada dos ciclos dos preços internacionais, dos caxixes (fraudes em relação a títulos de terra), das redes informais de crédito e comércio e da psicologia. Mas a ênfase no período pós-abolição sugeria que a lavoura cacauera e os problemas dela eram produtos da República. Mais uma vez, um estudo ignorando a história da transferência das hierarquias coloniais e imperiais para a lavoura cacauera foi preparado e distribuído para bibliotecas do Rio de Janeiro, de São Paulo, dos Estados Unidos e da Europa⁵⁴.

Essa não era, entretanto, a única versão da história que circulava no interior do Instituto. Gregório Bondar, entomólogo

russo e diretor da estação experimental do Instituto de Cacau, direcionou sua atenção rapidamente para a história da região cacauceira em *A Cultura de Cacau na Bahia*, publicado em 1938. No estudo, ele reiterou a tradição dos desbravadores. “Não foram”, ele disse, “os efeitos de braço estranho, não o ouro de abastadas bolsas, não foi o amparo de governos fortes, mas a constância de modestos homens, a intrepidez do trabalhador patricio, cujo único capital constituía nos seus braços, quem a fez [a economia cacauceira] triunfante”⁵⁵. Foi uma reiteração elegante da posição de Borges de Barros e uma resposta a Silva Campos. Bondar trabalhou em uma fazenda experimental vizinha à propriedade dos Cerqueira Lima, mas insistia no fato de que as raízes da economia cacauceira estavam nos pequenos produtores do século XIX. Os livros dele tiveram a maior distribuição dentre os estudos já feitos e também terminaram guardados em bibliotecas de todo o Brasil, da Europa e dos Estados Unidos.

5. UMA VOZ SE LEVANTA FAZENDO OPOSIÇÃO

Nem todos os membros da elite cacauceira aceitavam essa visão da política e da história regional. Um jovem escritor da região, Jorge Amado, via as coisas de maneira bem diferente. Amado nasceu numa fazenda de cacau baiana, em 1911, e sua família pertencia à elite nova-rica de Ilhéus. Como muitos outros filhos dos novos-ricos, adolescente, Amado deixou a região cacauceira para estudar num internato em Salvador e voltava só para passar as férias na fazenda. Mas, em vez de assumir atitudes conservadoras e elitistas, Amado terminou aderindo à esquerda política. Aos vinte anos, deixou a faculdade de Direito, entrou para o Partido Comunista e começou a escrever romances. O segundo deles, *Cacau*, foi publicado no Rio de Janeiro em 1933. Nesse livro, ele tentou “contar... com um mínimo de literatura

para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores nas fazendas de cacau do sul da Bahia”⁵⁶. Sobre a fazenda Fraternidade, ele escreveu que os trabalhadores eram tratados como escravos. O dono da fazenda, Manuel Misael de Souza Telles, era um novo-rico que havia começado do nada e que, de repente, fez fortuna nos primeiros tempos do cacau. Seu nome era muito semelhante àquele do homem que era chamado o “Rei do Cacau”, o milionário self-made man Manuel Misael da Silva Tavares⁵⁷. Seus trabalhadores não compartilhariam de sua experiência, já que dos milhares de pessoas que tentaram plantar cacau, apenas uma se deu bem. Trabalhar duro não era suficiente: roubo, violência e mesquinha também faziam parte do processo de acumulação de riquezas. Os trabalhadores demonstravam sua compreensão do processo de expropriação nas expressões desdenhosas como definiam os patrões: “Mané Miserave Saqueia Tudo” ou “Merda Mexida Sem Tempero” ou “Mané Flagelo”. Somente o comunismo os salvaria, era a mensagem do romance⁵⁸.

Amado escreveu *Cacau* numa época em que o Partido Comunista vinha ganhando adesões entre trabalhadores urbanos e rurais e entre alguns filhos da elite. Mas essa arregimentação foi interrompida em 1937, quando o presidente Vargas declarou o Estado Novo, reprimindo dissidentes tanto da esquerda quanto da direita, tanto na cidade quanto no campo. Defensores das reformas comunistas foram presos, trabalhadores rurais que estavam se organizando foram presos ou assassinados. Na mesma ocasião, a polícia reprimiu um movimento indígena na Reserva Catarina Paraguaçu, acusado de ser o berço de uma insurreição comunista. *Cacau* foi censurado e milhares de exemplares foram queimados em Salvador. Amado foi forçado ao exílio no Uruguai. A neurose repressiva atingiu até mesmo Eusínio Lavigne, que, durante algum tempo, ficou preso.

No exílio, Amado escreveu mais dois romances atacando a versão heróica da história dos desbravadores progressistas.

Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus contam a história de expropriação e exploração dos pobres pelos ricos⁵⁹. Mas mesmo que os dois romances mostrem claramente a exploração dos pobres pelos grandes, também mostram que os grandes cacauicultores nasceram das famílias de baixa renda e só depois ficaram ricos. Em outras palavras, os cacauicultores novos-ricos inspiravam os personagens dos dois romances, assim como do romance *Cacau*. Eles eram pequenos produtores ou comerciantes que enriqueceram rapidamente impulsionados pela maré favorável dos primeiros tempos⁶⁰. O personagem Horácio da Silveira, de *Terras do Sem Fim*, é o melhor exemplo dessa trajetória novelesca. Amado começou por lhe dar o nome de Horatio Alger, o jornalista americano que fez sua fortuna escrevendo sobre homens que se fizeram por seus próprios esforços. No romance, Coronel Horácio começou sua vida profissional como tropeiro, transportando cacau das fazendas para o porto nos tempos iniciais do crescimento da lavoura cacauífera. Em seguida, adquiriu um pequeno pedaço de terra e, por sua coragem, seu trabalho duro, pela violência, por suas trapaças, e talvez por um pacto com o diabo, ele transformou seu pequeno lote em uma das maiores propriedades do sul da Bahia⁶¹. Logo que alcançou a riqueza, cuidou de conseguir esposa e, embora tosco, conseguiu se casar com uma refinada filha de comerciante, educada em escola religiosa de Salvador, e a instalou em uma fazenda no meio da mata, com um piano para seu entretenimento⁶². O personagem, como o fazendeiro de *Cacau*, era um amálgama das características reais de vários fazendeiros vivos, mas claramente se assemelhava a Manuel Misael da Silva Tavares.

Nos romances de Jorge Amado, Silveira e os demais fazendeiros de cacau aparecem como autênticos senhores feudais, bem longe de serem modernos capitalistas. Eles se preocupavam mais com honra do que com lucro. Aliás, prestavam mais atenção às traições das esposas do que aos embustes dos exportadores. As

terras que possuíam eram fruto de roubos e fraudes e não hesitavam em mobilizar seus jagunços contra seus inimigos. Eles tratavam os trabalhadores como escravos e, como nos tempos da escravidão, acreditavam que tinham direitos a favores sexuais de qualquer mulher ou menina que vivesse em suas terras⁶³. A abolição não tinha trazido mudança alguma. Como um velho disse: “Eu era menino no tempo da escravidão... Meu pai foi escravo, minha mãe também... Mas não era mais ruim que hoje... As coisas não mudou, foi tudo palavra”⁶⁴. Eles não trouxeram nem progresso nem modernidade para a região. Modernidade e capitalismo chegaram com os exportadores que usaram suas relações internacionais para se apropriarem das terras dos cacauicultores. E tudo isso aconteceu à sombra do Instituto de Cacau da Bahia, que para nada servia⁶⁵.

O trabalho de Amado cativou leitores do Brasil e de quase todo o mundo, uma vez que seus romances foram publicados em várias línguas. *Terras do Sem Fim*, o maior sucesso de seus primeiros romances sobre o cacau, foi traduzido em vinte e uma línguas, e em 1987 já existiam oitenta e sete edições em português⁶⁶. No início dos anos 50, Amado era a fonte mais amplamente conhecida de informações sobre o sul da Bahia. Já as elites da região cacauzeira não o viam com o mesmo deslumbramento. A maior parte dos cacauicultores certamente não leu os livros quando saíram pela primeira vez, mas os que os conheceram, não gostavam de ser chamados de atrasados, clientelistas, exploradores, e ‘cornos’ assassinos. Mas, pelo menos, alguns reconheciam que Amado amava sua terra natal, partilhava de suas visões sobre os exportadores e nunca contradizia os pontos básicos da origem social da elites. Os desbravadores dos romances de Amado se comportavam como senhores de escravos quando se tornavam ricos, mas eles tinham sido pobres quando a escravidão ainda existia. Além do mais, de muitas formas, estes romances são estudos dos novos-ricos, de suas raízes, seus métodos, seus

costumes e, especialmente, de suas pretensões. Os romances de Amado estão povoados pelos novos-ricos e grapiúnas, pessoas que migraram de outras regiões do Nordeste para o Sul da Bahia e colonizaram o interior da zona cacauera⁶⁷. Era possível concordar com Amado sem admitir que a sociedade e a economia cacauera tinham nascido do sistema escravocrata brasileiro.

6. VIDA PRÓPRIA

No período pós-guerra, a tradição histórica da ação dos desbravadores ganhou vida própria, uma vez que uma ampla variedade de técnicos e estudiosos do Brasil e dos Estados Unidos se interessaram pelo cacau baiano. Tratava-se de profissionais ligados a altos escalões do governo brasileiro, organizações internacionais ou universidades, cujos trabalhos apareciam em publicações de prestígio. Como profissionais, eles liam os melhores trabalhos a que pudessem ter acesso sobre a região cacauera, dando preferência às opiniões de cientistas e burocratas como eles mesmos. Valorizavam muito Zehntner e Bondar e, por isso, quando escreveram sobre a origem da lavoura cacauera na Bahia, repetiram os comentários sobre homens pobres cultivando o interior com os próprios braços. Assim, a velha história da origem dos novos-ricos retornava maquiada de modernidade nas páginas da Revista Brasileira de Geografia, pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério de Agricultura do Brasil, pela União Pan-Americana e pela Universidade de Columbia, entre outras instituições⁶⁸.

A publicação desses trabalhos coincidiu com o início de outra séria crise econômica na região. Os preços do cacau caíram depois de terem estado altos durante a Segunda Guerra e os cacaueros plantados no início do século estavam envelhecendo. Muitos cacauicultores estavam endividados e continuavam sem o título

da terra. O Instituto de Cacau estava praticamente moribundo, com sua ação reduzida a um programa de construção de estradas e, muitos diziam, um mecanismo fraudulento para enriquecer seus diretores. Ilhéus ainda não desfrutava de um porto para grandes embarcações. O desemprego na agricultura era alto e os trabalhadores tinham recomeçado a organização sindical, liderados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1957, o Ministério do Trabalho brasileiro reconheceu a União dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna, a única organização rural da Bahia a receber tal distinção. No início da década de 1960, ligas camponesas estavam ativamente reivindicando uma reforma agrária radical⁶⁹. Mais uma vez, a elite se sentiu ameaçada por inimigos internos e externos.

No meio desses tempos difíceis para os cacaucultores, Jorge Amado publicou outro livro sobre a região do cacau. Muitos intelectuais brasileiros criticaram Gabriela, Cravo e Canela porque ele não se encaixava no gênero do realismo socialista. A elite cacaueira o odiou por uma razão diferente: o livro a criticava e a ridicularizava ao mesmo tempo, justo quando ela estava tentando se apresentar ao governo federal de maneira positiva. Em Gabriela, Cravo e Canela, Amado não retratou a vida rural, mas continuou rotulando as elites cacaueiras como assassinas que ganharam suas terras no roubo e que continuavam a tratar seus trabalhadores como escravos. Mais uma vez, ele ridicularizou as pretensões das elites locais, desta vez por compará-las com a elite dos fazendeiros sofisticados e modernos do café. Seus cacaucultores só se interessavam por fofocas locais, sexo ilícito e festas. Eles eram tão ligados aos seus velhos costumes que não podiam suportar as mudanças de que a região cacaueira precisava para progredir, especialmente um porto de águas profundas em Ilhéus. Alguns fazendeiros locais mais jovens defendiam as melhorias que a moderna tecnologia pudesse trazer, mas a maioria acreditava que não havia necessidade de mudança. Pouco a

pouco, mas definitivamente, o capitalismo os estava arrastando para o mundo moderno. Contudo, isso ocorria sem a cooperação dos próprios cacauicultores⁷⁰.

Eusínio Lavigne ficou furioso com Amado por causa do romance Gabriela. Em *Cultura e regionalismo cacaueiro: A personalidade de Manuel Ferreira da Câmara Betencourt e Sá*, ele argumentou que era responsabilidade dos intelectuais da região cacaueira trabalhar pelo seu bem. Em sua visão, Amado traiu sua terra natal ao escrever um romance que mostrava que a riqueza do cacau havia criado uma sociedade podre, uma terra de aventureiros, charlatões e mulheres pervertidas. Alguns ficaram enfurecidos pelo tratamento que Amado deu às mulheres ilheenses. Outros não gostaram de ter sido chamados de grileiros, exploradores de seus trabalhadores e de serem comparados aos senhores de escravos do século XIX. Houve os que ficaram escandalizados porque ele parecia estar “lavando a roupa suja” de várias famílias da região cacaueira em público. Gabriela foi polêmico em todo o Brasil, mas em Ilhéus a polêmica ganhou cores fortes entre a elite ilheense que se sentiu atacada em seus valores e símbolos fundamentais⁷¹.

Apesar de Gabriela, os cacauicultores receberam assistência significativa do governo Kubitschek, os quais há muito tempo reclamavam do governo federal a modernização do porto, a grande obra que não veio com esta gestão. Mas, em compensação, em 1957 a administração federal mais uma vez perdoou as dívidas dos cacauicultores, declarou moratória para o pagamento dos empréstimos e criou a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauera (CEPLAC), o maior programa de pesquisa e desenvolvimento de cacau do mundo⁷². Os produtores logo perceberam que a CEPLAC não era o Instituto de Cacau da Bahia. Tosta Filho planejou o novo Instituto, mas ele aprendeu com seus erros. Especialistas de todo o Brasil vieram trabalhar na CEPLAC nos vários estágios da lavoura cacauera, menos em

sua história e cultura. Influenciados por Tosta, muitos sociólogos e agrônomos logo perceberam que era fundamental conceder títulos de terras aos pequenos produtores. Não demorou muito para que a elite viesse a perceber que aqueles técnicos representavam uma ameaça.

Foi nesse contexto que um “jornalista, interessado nos problemas da economia cacaueteira”, Carlos Pereira Filho, publicou um livro em que afirmava que a economia cacaueteira fora fundada por famílias aristocratas que possuíam latifúndios e muitos escravos. Ele rejeitou a versão da história regional que afirmava que a economia cacaueteira era “produto do obscuro trabalhador, cujo único capital foram os seus braços.” “Ao contrário”, ele escreveu, “nasceu a lavoura cacaueteira ao lado dos engenhos de açúcar, economia explorada naquele tempo nas fazendas do Almada, Castelo Novo e Provisão, dos Cerqueira Lima, dos d’El Rei, dos Adami, famílias tradicionais, que dominavam aquelas passagens com suas propriedades”⁷³. Esses cacauicultores sofreram com a abolição, porque “a alforria libertou os escravos e a lavoura ficou sem braços”⁷⁴. Alguns trabalhadores assalariados ou desbravadores prosperaram, acreditava, mas ele valorizava mais as ações de famílias nobres na formação e no desenvolvimento da lavoura cacaueteira.

Pereira Filho poderia ter economizado sua energia e seu papel, pois ninguém deu muita atenção ao que ele escreveu - algo injusto, pois a história que ele contou aproxima-se das evidências encontradas nos documentos do século XIX. A nova geração da elite cacaueteira, em sua maioria filhos e netos dos primeiros cacauicultores, ignorava o fato de que alguns de seus avós haviam se utilizado de mão-de-obra escrava. Tendo sido criados com histórias sobre os desbravadores heróicos, de acordo com Odette Rosa da Silva, eles acreditavam que seus antepassados foram pioneiros que conquistaram a floresta apesar de muitas dificuldades. Viam a si mesmos como os herdeiros daqueles primeiros heróis

regionais lutando para plantar cacau a despeito das imensas dificuldades criadas por governos incompetentes, trabalhadores inquietos e especuladores internacionais⁷⁵. Essa noção de heroísmo refletiu-se no livro *Estórias da história de Ilhéus*, publicado em 1970. Suas páginas estão repletas de descrições e fotos dos cacaucultores do início do século XX e de seus descendentes. As famílias Pessoa e Adami estão representadas, mas os membros das famílias aristocráticas não constam na galeria dos pioneiros. Os desbravadores são os grandes personagens dessa história e Misael Tavares, o Rei do Cacau que se fez por si mesmo, recebeu especial menção. Seria o símbolo mais perfeito do tipo pioneiro que fez brotar riqueza no meio da mata inóspita⁷⁶.

A breve biografia de Odilon Pompílio de Souza é ilustrativa da versão da história apresentada no livro. De acordo com o texto, originalmente vindo do Nordeste, Souza chegou em Ilhéus ainda criança, acompanhado por seu pai e outros parentes. Eles passaram três anos trabalhando de “empreitada” para um fazendeiro num lugar chamado Vai Quem Quer, onde um de seus irmãos morreu de febre. Em 1915, Souza estabeleceu-se como comerciante, estocando a loja com mercadorias adquiridas através de crédito e se casou com Clara, a quem ele sempre chamava de seu “braço direito na construção de seu patrimônio.” Logo depois, ele adquiriu metade da Fazenda Providência. Seu pai morreu em 1920, pouco depois da batalha de Sequeiro do Espinho, deixando muitas dívidas. Encarregado de lidar com o problema, Souza foi até os credores e lhes disse: “Deixem-me trabalhar. O que lhes devo, não sei se lhes pagarei. Mas o débito de meu pai, Teotônio Leolino de Souza, será religiosamente pago com juros.” Cinco anos depois, de acordo com a história, ele pagou a dívida e ainda tinha um crédito de 43:000\$ com a empresa de exportação Wildberger & Company, assim como um estoque considerável de mercadorias. Ele foi, para os autores do livro, o que pode ser entendido como a definição de um homem honesto⁷⁷.



Nos anos 1970, a elite cacauzeira insistia que seus ancestrais trabalharam e sofreram para ganhar o que eles, herdeiros, possuíam. Sentiam necessidade de mostrar que suas famílias ganharam seu dinheiro suado porque se sentiam sob constante ameaça da organização dos trabalhadores rurais, dos técnicos idealistas da CEPLAC, do mercado internacional, do abandono dos governos e de Jorge Amado. O golpe militar de 1964 cuidou de alguns desses problemas quando os generais colocaram na ilegalidade o PCB, sindicatos passaram a ser controlados, reprimiram as ligas camponesas e demitiram pesquisadores e técnicos da CEPLAC considerados radicais⁷⁸. No período em que os militares estiveram no poder, os cacauicultores finalmente conseguiram do governo federal a construção do porto de águas profundas que tanto reivindicavam desde há muito tempo, mas não puderam controlar nem o mercado internacional nem Jorge Amado, que passou a maior parte desse período em Paris.

Logo que os militares começaram a diminuir a censura, em 1976, a TV Globo adaptou Gabriela para a televisão. A novela foi bastante fiel ao romance original, portanto, apresentou a transição de Ilhéus de uma povoação violenta e feudal do interior para uma cidade sofisticada e capitalista durante os turbulentos anos 20. Na primeira vez em que foi apresentada, a novela foi exibida ao longo de seis meses, seis noites por semana, e foi assistida por cerca de 70% dos brasileiros que tinham televisão. Então, pessoas em todo o Brasil assistiram nas telas a falta de escrúpulos de fazendeiros assassinos, a violência dos jagunços, a usura dos exportadores, o mandonismo dos coronéis, a luta dos migrantes nordestinos, a graça e o prestígio das prostitutas, as desventuras das mulheres pervertidas e dos amores contrariados, a vida monótona de senhoras ricas, decentes e presas a uma vida doméstica opressiva e sem horizontes. Os telespectadores viram como a riqueza da região foi construída através da violência dos grandes contra os pequenos e dos homens contra as mulheres.

Assistiram, também, a luta heróica de alguns visionários para construir um porto de águas profundas e modernizar a cidade de Ilhéus, a despeito da oposição dos velhos produtores. Interessante que a praça onde os trabalhadores rurais buscavam emprego era chamada de “Mercado de Escravos” e não por acaso um dos atores, fisicamente, era muito parecido com Antônio Pessoa. A novela foi um sucesso nacional, mas deixou muita gente em Ilhéus com raiva do que ali era exibido sobre sua vida e a de seus antepassados⁷⁹.

7. NEGANDO A ESCRAVIDÃO

A elite cacauera e suas instituições começaram a responder à novela Gabriela quase que imediatamente. Adonias Filho, o outro romancista internacionalmente conhecido da região, aceitou o desafio de Amado e escreveu um ensaio histórico intitulado Sul da Bahia, chão de cacau (uma civilização regional), publicado pela Civilização Brasileira e distribuído em todo o Brasil. No ensaio, Adonias apresentou um quadro do sul da Bahia bem diferente daquele pintado por Amado. Ele afirmou que a história singular da região produziu uma sociedade democrática, não uma sociedade exploradora. Índios hostis impediram que os portugueses se estabelecessem no sul da Bahia e a região criou um novo homem, mais forte, o lavrador brasileiro/europeu que desbravou a mata e construiu uma economia de exportação de grande valor. Esses camponeses foram os “desbravadores, que conquistaram a selva a fogo, pólvora e machado”, na “fase, hoje lendária”, do século XIX. O desbravador “não se serve do trabalho escravo - ou quando se serve é em escala mínima.” “Antes de se tornar rico, o desbravador penetrou e explorou a terra com os próprios braços. Fazia, não mandava fazer, ou, quando mandava fazer, também fazia.” A elite cacauera do século XX tinha suas

raízes nesses homens humildes que desafiaram a floresta. Eles não se envolveram em lutas violentas pela terra, pois estavam muito ocupados com seus negócios. Nem todos os desbravadores ficaram ricos. Adonias Filho foi cuidadoso ao ressaltar isso, mas salientou que eles deixaram um importante legado de democracia para as elites cacaueiras do século XX. Esse passado não-aristocrático criou uma cultura regional completamente diferente da das regiões do açúcar, do gado ou do café, onde o trabalho escravo era comum⁸⁰.

Naquela ocasião, a CEPLAC também se uniu à batalha em torno da imagem da região cacaueira. O órgão contratou dois estudantes de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, Angelina Nobre Rolim Garcez e Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, para pesquisarem e escreverem a história da região. As duas publicações que esses pesquisadores prepararam seguiram, em linhas gerais, a versão já estabelecida sobre a história local. A primeira publicação – “Diagnóstico histórico” – sustenta que a região do cacau foi ocupada por pequenos produtores, que o trabalho familiar era o mais comum nas plantações de cacau e que os latifúndios começaram a se formar tardiamente, depois de 1890. A segunda publicação, Bahia cacaueira: um estudo de história recente, toma como marco inicial da história local o ano de 1930 e não faz referência à origem da lavoura⁸¹. O fato é que os dois pesquisadores realizaram trabalhos sérios, pesquisando em documentos primários; ambos descobriram materiais que questionavam a tradição dominante e incorporaram esse material em suas dissertações de mestrado, as quais não foram publicadas. Como Guerreiro reconheceu na introdução de sua tese, era difícil fazer um trabalho acadêmico de qualidade sobre história quando associado com instituições de pesquisa da região do cacau. “Tenho até a impressão”, ele escreveu, “que o comentado ‘folk-lore’ dos coronéis do cacau tenha se transferido para esses órgãos que no fundo expressam a vitória da burguesia cacaueira

na sua luta por se tornar hegemônica”⁸².

Os mestrandos baianos não foram os únicos a achar difícil desafiar o que era uma narrativa bem-estabelecida. Angus Wright, um doutorando americano, também estudou a história da economia cacaueteira na mesma época e descobriu documentos que permitiram argumentar, em sua tese de doutorado, que uma “modesta oligarquia”, com alguns escravos e relações políticas com o governo da Província, existia em Ilhéus no século XIX. Mas ele também terminou argumentando que essas famílias, fundamentalmente, não foram importantes para o desenvolvimento geral da economia⁸³. Wright, na verdade, reiterou o que historiadores e cientistas vinham repetindo há décadas sobre a história da região⁸⁴.

Três sociólogos, Selem Raschid Asmar, Amílcar Baiardi e Gustavo Falcon, levaram a tradição histórica adiante na metade dos anos 80. Eles começaram a argumentar que o cacau tinha sido uma cultura de trabalho livre na Bahia, que os escravos nunca haviam trabalhado no cacau. Eles se apoiaram em Adonias Filho, na tradição local e em vários textos que falavam dos pobres camponeses cultivando cacau no século XIX⁸⁵. Baiardi e Falcon parecem acreditar que as elites cacaueteiras eram compostas por ladrões violentos que roubavam as terras, mas eles nunca questionaram a narrativa sobre os pioneiros de forma alguma. Não havia necessidade de se fazer isso: nos anos 80, todo mundo conhecia os fundamentos da história regional e eles não incluíam grandes propriedades, donos aristocráticos ou trabalho escravo.

Em 1986, quando publicou *Tocaia Grande: a face obscura*, Jorge Amado reforçou o que antes tinha escrito sobre o processo de ocupação da região. O livro traz poucas novidades e não é uma de suas obras-primas. Está repleto de homens que usaram da violência e de redes de clientelismo para se tornar ricos⁸⁶. Mais uma vez, ele criticou o mito dos desbravadores, embora não ofereça uma narrativa histórica alternativa sobre as origens sociais da elite cacaueteira.

8. QUESTIONANDO A NARRATIVA

Várias pessoas começaram a questionar essa tradição histórica no final dos anos 1980. Maurício Puls, um estudante de pós-graduação da Universidade de São Paulo, argumentou, na primeira versão de sua dissertação de mestrado, que escravidão e latifúndios haviam sido fundamentais para a formação da economia cacaueteira. Seus argumentos estavam baseados em fontes secundárias obscuras dos séculos XVIII e XIX, assim como em Pereira Filho. Logo depois, Agenor Gasparetto, um sociólogo da CEPLAC, incluiu suas idéias em um livreto sobre a história da região cacaueteira financiado pela CEPLAC. O sociólogo gaúcho também dedicou uma coluna escrita em um jornal regional à pesquisa do jovem mestrando Maurício Puls. Selem Raschid Asmar, o chefe da Seção de Economia e Sociologia Rural da CEPLAC, na época, não concordou com as idéias dos dois jovens e atacou-os abertamente em sua coluna em um jornal regional. Não deve surpreender, então, que Gasparetto não tenha conseguido um emprego para Puls na CEPLAC; Puls voltou para São Paulo, deixou o mestrado e encontrou emprego como jornalista⁸⁷. Gasparetto persistiu em enfatizar que a tradição heróica da história era problemática, mas ele foi um dos primeiros pesquisadores a serem demitidos quando o presidente Fernando Collor cortou o orçamento da CEPLAC, em 1990. Ao insistir que as origens da lavoura cacaueteira eram mais complicadas do que a tradição heróica sugeria, ele fez muitos inimigos. Claro que essa não foi a única razão para a sua demissão, mas deve ter contribuído⁸⁸.

Enquanto Gasparetto estava brigando com seus colegas da CEPLAC, eu estava pesquisando a história da região do cacau para minha tese e chegando a conclusões semelhantes. Como estava terminando minha pesquisa, fui convidada a falar sobre o meu trabalho em um simpósio sobre a história da região onde hoje é a Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus, em setembro de 1990. Mais de

cem pessoas apareceram às sete horas da manhã para uma palestra sobre o trabalho escravo no cacau. Na audiência, havia estudantes e docentes da universidade e pesquisadores da CEPLAC.

Apresentei uma curta comunicação que enfocava as evidências empíricas de que havia posse de escravos entre os primeiros cacauicultores e as implicações dessa evidência para a história regional. Quando terminei a palestra, Asmar se levantou e começou a falar. Disse que, até então, ele sempre havia acreditado que o cacau começara como uma cultura de pequenos produtores na Bahia e que, por isso, era muito diferente de outros produtos agrícolas brasileiros. A seu ver, não havia tradição local de escravidão no cacau e ele nunca tinha ouvido que os negros da região afirmassem ser descendentes de escravos que haviam trabalhado no cacau. Mas as evidências documentais que eu apresentava deixaram claro que ele estava errado. Em seguida, uma câmera de TV foi colocada em meu rosto e um repórter perguntou-me se era verdade que houve escravos que trabalharam nas plantações de cacau no século XIX. Eu disse que sim e a história prosseguiu nas notícias da noite. No dia seguinte, várias pessoas me pararam na rua para dizer que elas sabiam que aquilo era verdade e se ofereceram para mostrar cacauzeiros plantados com trabalho escravo ou inventários em que constavam pés de cacau e escravos.

Desde aquele momento, meus colegas na Bahia e eu temos trabalhado para mostrar que havia escravos e famílias aristocratas na história do cacau no sul da Bahia. A questão é extremamente polêmica e, embora estejamos tendo algum sucesso, isso não acontece sem luta. Nós encontramos resistência constante das elites do sul da Bahia, especialmente daquelas que se consideram descendentes dos desbravadores, em reconhecer essas evidências. Descendentes de donos de escravos também preferem evitar o assunto, mas, quando pressionados, admitem que suas famílias possuíram escravos em algum momento. Eles insistem, porém, que os escravos sempre foram bem tratados. A despeito da oposição e do silêncio oficial sobre a questão, nós temos en-

contrado alguns trabalhadores rurais que contam histórias de escravos que participaram da transformação dos engenhos de açúcar em plantações de cacau no século XIX. Aqueles homens e mulheres contam uma história sobre o passado diferente daquela que é usualmente contada pela elite cacauzeira.

9. CONCLUSÃO: COMO IDENTIDADE SE TORNA HISTÓRIA

Como vimos, narrativas sobre a história da região cacauzeira têm sido entrelaçadas com as lutas políticas da elite local desde o início do século XX. Quer escrita por habitantes locais, romancistas internacionalmente conhecidos ou cientistas e historiadores de outras partes do mundo, quer por pessoas da direita ou da esquerda, os textos sobre a história regional de maneira geral convergem para uma narrativa sobre a origem da economia cacauzeira que está integrada às políticas e à identidade da elite do cacau. O que é impressionante sobre a narrativa dominante da história do sul da Bahia é que as elites e os intelectuais sulbaianos, assim como pessoas de outros lugares, da direita e da esquerda, acreditem nela. Eles podem até não acreditar que o sul da Bahia seja democrático, nem que a riqueza dos novos-ricos no início do século tenha vindo com dinheiro honesto, mas acreditam que os primeiros fazendeiros eram lavradores pobres e que alguns deles rapidamente enriqueceram.

Em alguma medida, as pessoas acreditam na narrativa heróica porque reflete a experiência de algumas pessoas que vivem ou viveram na região. Os Berbert, os Castro, os Tavares, os Alves, assim como outros, ainda possuem propriedades produtoras de cacau e são evocados em histórias sobre a vida dos pequenos que deram certo na virada do século. Essas histórias são, por sua vez, repetidas nas casas, escolas, bares e escritórios de toda a região cacauzeira. Visitantes que vão à região, sejam turistas, cientistas ou

historiadores, são apresentados a essas mesmas histórias quase que imediatamente à sua chegada – e encaminhados a fontes como Amado, Bondar, Zehntner e Garcez para confirmação.

Além disso, a paisagem física mantém vestígios de pequenas propriedades, mesmo que a maioria já tenha sido tragada pelas grandes. As estradas mais movimentadas da região atravessam a área originalmente ocupada pelos pequenos produtores. A estrada Ilhéus-Itabuna segue através do que foi a colônia alemã e, embora as propriedades da margem esquerda do rio pareçam bem grandes, aquelas do lado direito – mais fáceis de se ver – parecem compridas e estreitas. As casas antigas dessas fazendas são muito simples, nada parecidas com as casas-grandes das plantações de cana-de-açúcar do Recôncavo ou de café do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro. Os documentos de titulação das fazendas de cacau ainda carregam todas as escrituras de compra e venda, portanto, ainda carregam os nomes de todos os ex-proprietários, assim como os nomes dos numerosos pequenos produtores que foram expropriados. Os habitantes da região cacauera do sul da Bahia têm boas razões para acreditar que os pequenos produtores foram importantes para a região e querem esquecer, se é que eles sabem, as fazendas criadas a partir de sesmarias doadas a aristocráticas famílias no final da época colonial⁸⁹.

Finalmente, nem intelectuais nem o público de maneira geral são freqüentemente confrontados com evidências concretas de que a narrativa dominante é falsa. Quase todas as evidências físicas de engenhos de açúcar, serrarias e plantações de café e de cana-de-açúcar do período colonial e do século XIX desapareceram. A maioria dos engenhos foi destruída e a terra agora está coberta com pés de cacau. No Engenho de Sant'Anna, que manteve uma lavoura de cana-de-açúcar, tudo o que sobrou desse mais importante engenho de açúcar do sul da Bahia é uma capela do século XVI restaurada, um enorme caldeirão e uma pequena vila de descendentes dos últimos escravos. É ainda um latifúndio e

hoje produz cana, mas o velho engenho está coberto de mato e até recentemente era cercado por plantações de cacau. Pés de cacau cobrem as ruínas da casa-grande e do Engenho Santo Antônio das Pedras, que agora tem um novo nome. O cemitério Almada, onde escravos e vizinhos dos Cerqueira Lima foram enterrados, está agora coberto de mato. Nenhum sinal visível marca a entrada para a maior propriedade de Ilhéus, o Engenho que se tornou a Fazenda Almada, nem para as duas outras fazendas, Santa Rita e Bomfim, que foram desmembradas dela em 1894 quando o primeiro Pedro Augusto Cerqueira Lima morreu. Alguns moradores locais sabem, entretanto, que os nove quilômetros de florestas e cacauzeiros pontuados por umas poucas construções ao longo da estrada entre Ilhéus e Uruçuca são o limite das fazendas Almada, Santa Rita e Bomfim, localizadas em terras doadas pelo imperador português antes da independência.

Tudo isso sugere que a memória social ou coletiva tem sido trabalhada no sul da Bahia. Como Maurice Halbwachs afirmou há várias décadas, “o indivíduo depende das estruturas da memória social para trazer lembranças à mente”⁹⁰. O que ele quis dizer é que nossas memórias estão ligadas àquelas do grupo social do qual fazemos parte. Roger Bastide adotou as idéias de Halbwachs ao teorizar sobre memória social e as experiências dos escravos africanos no Brasil, mas ele foi mais longe ao argumentar que a sobrevivência do grupo social é a chave para a manutenção da memória social e que mudanças no grupo social contribuirão para mudanças na memória social⁹¹. Dessa perspectiva, podemos ver que a tradição que se desenvolveu em Ilhéus está claramente relacionada ao caráter da elite durante o século XX no sul da Bahia: nós nos lembramos dos agricultores que vieram, viveram, morreram e deixaram suas famílias ali. Também nos lembramos daqueles sobre quem Jorge Amado escreveu. Nós não nos lembramos dos donos aristocráticos do Recôncavo e de outros lugares que compraram propriedades que administraram de longe, porque sempre moraram em Salvador ou

no Rio, nem dos escravos que trabalharam em suas propriedades e que foram libertados em 13 de maio de 1888.

Isso não quer dizer que o esquecimento ativo, ou a repressão da memória, não estivesse contido no desenvolvimento dessa tradição histórica no sul da Bahia⁹². No século XX, nem os descendentes de escravos nem os donos de escravos anunciavam quem eram seus ancestrais, ao menos não publicamente. Muitos dos descendentes de escravos não tinham acesso a meios que lhes permitiriam contar suas histórias para o público. Mesmo se tivessem, poderiam não desejar falar sobre o cativeiro de seus ancestrais num Brasil onde afirmar a descendência escrava poderia ensejar preconceito redobrado. Os descendentes dos donos de escravos que ainda possuíam fazendas, por outro lado, não tinham razão para estar interessados em reconhecer seu passado escravista. Possuir escravos carrega a conotação de ter explorado pessoas – de ter espancado homens e estuprado mulheres –, o que certamente não é o tipo de legado que as elites brasileiras querem carregar, especialmente numa conjuntura em que os trabalhadores organizados acusam-nas de explorar sua força de trabalho e quando elas reclamam auxílios do governo.

Embora devamos nos lembrar de que um processo ativo de esquecimento tem sido trabalhado no sul da Bahia, isso não explica por que escritores, estudando a história da região, tenham se conformado e mesmo contribuído para reforçar o mito histórico da elite. Com certeza, algumas pessoas foram pagas para cooperar e outras se sentiram pressionadas a isso. Mas outras honestamente olharam para as fontes válidas nas suas respectivas disciplinas e se contentaram apenas em confirmar a auto-imagem das elites nos documentos. O poder da mitologia da história do cacau reside no fato de que não é imposta, pois se apresenta espontaneamente como verdade nos vários estudos técnicos, históricos e literários publicados e repetidos indefinidamente por brasileiros e estrangeiros ao longo de todo o século XX.

NOTAS

- 1 Devo agradecimentos a muitas pessoas por comentários construtivos a este ensaio em seus vários estágios, inclusive a Emília Viotti da Costa, Janaína Amado, João José Reis e Marcio Goldman. Agradeço aos professores e estudantes do Curso de Graduação em História da UESC, assim como aos conhecedores da história regional, especialmente Agenor Gasparetto, Zilney Mattos, Marilene Oliveira Lapa, André Souza dos Santos, Antonio Guerreiro, Maria Hilda Barqueiro Paraíso e André Rosa Ribeiro. Teresinha Marcis e Ivaneide Almeida merecem menção especial. A Ana Claudia Silva, agradeço pelo trabalho da tradução e a Walter Fraga Filho pelos esforços especiais na hora da revisão.
- 2 N. da A.: Palavra utilizada na tradição histórica.
- 3 N. da T.: em inglês, *self-made men*, expressão mantida em alguns momentos do texto.
- 4 Para a discussão sobre mito, encontramos os seguintes textos particularmente úteis: Emília Viotti da Costa, *The Brazilian Empire* (Chicago: University of Chicago Press, 1985); Janaína Amado, "Construindo mitos: A conquista do Oeste no Brasil e nos EUA", em Sidney Valadares Pimentel e Janaína Amado, org., *Passando dos limites* (Goiânia: Editora UFG, 1995); e Janaína Amado, "Míticas origens: Caramuru e a fundação do Brasil", *Actas dos IV cursos internacionais de verão de Cascais (17 a 12 de julho de 1997)*, v. 3 (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1998), 175-209; David Cohen, *The Combing of History* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1944); Jeffrey Gould, *To Die is This Way: Nicaraguan Indians and Mith of Mestizaje, 1880-1965* (Durham: Duke University Press, 1998); Lowell Gudmoadson, *Costa Rica Before Coffee: Society and Economy on the Eve of Export Boom* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1986); Alessandro Portelli, "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): Mito e política, luto e senso comum." In Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, eds. *Usos e abusos da história oral* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996, p. 103-30); Raphael Samuels e Paul Thompson, *The Myths We Live By* (New York: Routledge, 1990); Joanne Rappaport, *The Politics of Memory* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990); Rolph Trouillot, *Silencing the Past: Power and the Representation of History* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995).
- 5 Sobre tradições inventadas, ver, principalmente, E. J. Hobsbawn e Terence Ranger, eds. *The Invention of Tradition* (New York: Cambridge University Press, 1983).
- 6 N. da T.: A autora utiliza o termo francês *nouveau riche* (pl. *nouveaux riches*). Dado que existe tradução do termo para o português, a mesma será usada no texto, inclusive suas formas flexionadas em número e gênero.
- 7 Para discussões fundamentais sobre o conceito de memória coletiva, ver Maurice Halbwachs, *On Collective Memory*, ed. tradução e introdução de Lewis A. Coser (Chicago: University of Chicago Press, 1992); Roger Bastide, *The African Religions of Brazil: Toward a Sociology of the Interpenetration of Civilization*, tradução de Helen Sebba (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1960, p. 240-59); Nathan Wachtel, "Memory and History, Introduction." *History and Anthropology* 2 (October 1986, p. 207). Para um excelente exemplo de memória como um processo social, ver Daniel James, "Meatpackers, Peronists, and Collective Memory: A View From the South," *American Historical Review* 102, 5 (December 1997, p. 1404-13).
- 8 Sobre o cultivo e o comércio da mandioca, ver B. J. Barickman, *A Bahian Counterpoint* (Stanford: Stanford University Press, 1999). A história da região cacauieira, baseada em Mary Ann Mahony, "The World Cacao Made: Society, Politics, and History in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919," Ph.D. diss., Yale University, 1996, trata da questão da introdução do cacau ao sul da Bahia e é assunto merecedor de um estudo próprio. Até agora, foi impossível documentar

- a história mais freqüentemente encontrada do visitante francês que trouxe sementes a Canavieiras, que aparece pela primeira vez na literatura em 1915, mais de dois séculos depois do acontecimento. Dada, a proibição imperial da entrada de estrangeiros no Brasil na época colonial, a história deixa dúvidas e precisa ser colocada à prova.
- 9 Mary Ann Mahony, "Creativity Under Constraint: Enslaved Afro-Brazilian Families in Brazil's Cacao Area, 1870-1890. *Journal of Social History*, Spring, 2008. p. 633-666.
- 10 Durval Vieira de Aguiar, *A província da Bahia*, p. 264-66.
- 11 Este sistema era essencialmente aquele descrito por Stuart Schwartz para o Recôncavo. Stuart Schwartz, *Sugar in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 204-11). (Traduzido para o Português pela Companhia das Letras em 2.000 com o título de *Segredos internos*).
- 12 Sobre legislação comercial, ver E. Ridings, *Business Interest Groups* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 149); sobre as mudanças na população e no número de fazendas, ver João da Silva Campos, *A crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Edição comemorativa de sua elevação à categoria de cidade (Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Cultura, 1981), 262; Brazil, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatísticas, *Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920* (Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1928, 3:2, p. 26-27).
- 13 Sobre consciência de classe como um elemento necessário à formação de classe, ver E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class* (New York: Vantage Books, 1966); sobre grupos de status, ver Max Weber, *Economy and Society* (New York: Bedminster Press, 1968).
- 14 Pierre Verger, *Notícias da Bahia, 1850* (Bahia: Editora Corrupio, 1981, p. 45); Antônio Loureiro de Souza, *Baianos ilustres: 1567-1925*, 3. ed. revista (São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1979), 103-4; Arquivo Público do Estado da Bahia (daqui em diante APEB), Seção Judiciária (daqui em diante SJ), Testamento, Salvador, 05/2177/2646/04, Pedro Cerqueira Lima, 1881; Inventário, Ilhéus, nº 03/1010/1479/08, Maria Joaquina Saraiva Carvalho, 1890; Fórum Epaminondas Berbert de Castro, Arquivo da Primeira Vara Civil (daqui em diante FEBC/APVC) Ilhéus, Inventário, Pedro Augusto Cerqueira Lima, 1894: Registro de Testamentos, vários escrituras, 1847-1939.
- 15 APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, no. 03/1406/1285/22, Maria Piedade Mello e Sá, 1876; nº 03/757/1224/06, Luiza Theodolinda Sá Adami, 1882; FEBC/PCPVC, Acção de demarcação, Engenho Santanna, 1936; Marcos Carneiro de Mendonça, *O intendente Câmara: Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, intendente geral das minas e dos diamantes. 1764-1835* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958); Kenneth Maxwell, *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808* (Cambridge: Cambridge University Press, 1973, 116 n. 3, p. 178-9; 196); F. W. O. Morton, "The Conservative Revolution of Independence: Economy, Society, and Politics in Bahia, 1790-1840" (Ph.D. diss., University of Oxford, 1974, p. 13-14, 51-56).
- 16 Francisco Borges de Barros, *Memória sobre o município de Ilhéus* (Bahia: Typografia Bahiana de Cincinnato Melchiades, 1915, p. 15-16); Eustaquio da Souza Brito, *O livro de Ilhéus* (Ilhéus, Bahia: 1924, p. 61-62), s.n.; Arthur Brandão e Milton Rosário, *Estórias da história de Ilhéus* (Ilhéus, Bahia: Edições SBS, 1970, p. 229-33, 236-39, 318).
- 17 Borges de Barros, *Memória*, p. 14-15.
- 18 Souza Brito, *O livro de Ilhéus*, p. 61-62, s.n.; Brandão e Rosário, *Estórias da história*, p. 229-33, 236-39, 318.
- 19 Brazil Directoria Geral de Estatísticas, *Sexo, raça e estado civil – da população recenseada em 31 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1928).
- 20 Sobre as atitudes das elites baianas em relação ao povo, ver Dain Borges, *The Family in Bahia, Brazil, 1870-1945* (Stanford: Stanford University Press, 1992, p. 17); a mais significativa análise das atitudes da elite soteropolitana é Kátia M. Queirós Mattoso, *Bahia, Século*

- XIX: *Uma província no Império* (Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 9-12).
- 21 Dain Borges, "Salvador's 1890s: Paternalism and Its Discontents." *Luso-Brazilian Review* 30, 2 (1993, p. 48-51).
- 22 Borges de Barros, *Memória*, 14-15.
- 23 Mahony, "The World Cacao Made." p. 471-75.
- 24 *Gazeta de Ilhéus*, 15 de agosto de 1901; 15 de setembro de 1901; 8 de janeiro de 1903; 13 de março de 1904; 2 de abril de 1905; 9 de abril de 1905, p. 2; 21 de junho de 1903.
- 25 Mary Ann Mahony, "Afro-Brazilians, Land Reform, and the Question of Social Mobility in Southern Bahia, 1880-1920." *LBR* 34, 2 (winter 1997): p. 59-79, publicado também em Hendrik Kraay, ed. *Afro-Brazilian Culture and Politics: Bahia, 1790s to 1990s* (New York: M. E. Sharpe, 1998, p. 90-116).
- 26 Emília Viotti da Costa, "1870-1889." *Brazil: Empire and Republic, 1822-1930* (New York: Cambridge University Press, 1989, p. 206-9); *Da monarquia à república: Momentos decisivos*, 4a. ed. (São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 226-50); Consuelo Sampaio, "Crisis in the Brazilian Oligarchical System: A Case Study of Bahia, 1889-1937." Ph.D. diss., Johns Hopkins University, 1979, p. 43-51.
- 27 Mahony, "Afro-Brazilians," *LBR*, p. 61-62.
- 28 Sobre as visões da elite brasileira, e especialmente da elite baiana, sobre raça, ver Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, 7ª ed. Coleção Temas Brasileiros 40, Brasileira 9 (Brasília: Universidade de Brasília, 1988, p. 5-7); Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 4ª ed. corrigida (Rio de Janeiro: F. Alves, 1981, p. 66-75); Thomas Skidmore, *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*, with a preface to the 1993 edition and bibliography (Durham: Duke University Press, 1993); Kim Butler, *Freedoms Won, Freedoms Given* (New Brunswick: Rutgers University Press, 1998).
- 29 Sobre o papel das atitudes raciais da elite baiana na repressão aos seguidores de Antônio Conselheiro em Canudos, ver Robert M. Levine, "The Singular Brazilian City of Salvador," *LBR* 30, 2 (1993, p. 59-69); e *Vale of Tears* (Berkeley: University of California Press, 1992, p. 4).
- 30 Sobre as origens sociais dos habitantes de Canudos, ver Levine, *Vale of Tears*, p. 97-105, 132-33. Sobre as origens dos migrantes de Ilhéus, ver Mahony, "The World Cacao Made," p. 425-27.
- 31 Campos, *Crônica*, p. 329-88.
- 32 Borges de Barros, *Memória*, iii, I-II. N. da a: conforme o original.
- 33 *Ibid.*, esp. 1-4, 15-16.
- 34 *Ibid.*, p. 13-15, 24. Nota da autora: recentemente encontramos documentos que sugerem que Pessoa liderava um esforço legal e judicial para liberar os escravos de Ilhéus na década de 1880.
- 35 Leo Zehntner, *Le cacaoyer dans l'Etat de Bahia* (Berlin: Verlag R. Von Friedlander & Sohn, 1914, p. 22-23, 34-41).
- 36 Uma leitura mais sofisticada do que a que eu fiz na época em que escrevi este artigo sugere que Zehntner estava tentando negociar entre duas versões muito diferentes da história da região.
- 37 Miguel Calmon, *Notas acerca da produção e commercio do cacau* (Rio de Janeiro: Typographia Journal do Commercio de Rodrigues & Cia., 1917, p. 4-6); Affonso Costa, *Produção, commercio, e consumo de cacau* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, p. 13).
- 38 Silva Campos, *Crônica da Capitania*, p. 366.
- 39 *Correio de Ilhéus*, 18 de agosto de 1923, 25 de agosto de 1923; Mahony, "The World Cacao Made", p. 475-84.
- 40 Ver APEB, SJ, Testamento, Salvador, no. 08/3445/21, Miguel José Alves Dias, 1946; Souza Brito, *O livro de Ilhéus*; Campos, *Crônica*, p. 369-427.

- 41 Souza Brito, *O livro*, p. 1-12.
- 42 Arquivo da Polícia Militar do Estado da Bahia (daqui em diante APMEB), EZB 356-X, Comdo. Das F.O. contra a célula comunista no "Posto Indígena Catharina Paraguassu," 1936 relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cap. Secretário de Estado da Segurança Pública pelo Col. Cmt. Das Forças; Zander Navarro, "Movimentos sociais em áreas rurais do sudeste da Bahia: As lutas sindicais no período 1955/1964." *Revoluções Camponesas na América Latina* (São Paulo: Ícone Editora, 1985, p. 246).
- 43 Ramiro Berbert de Castro, *O cacau na Bahia* (Rio de Janeiro: 1929, p. 67-69).
- 44 Sobre Lavigne, ver Campos, *Crônica*, p. 431-519; Angus Lindsay Wright, "Market, Land, and Class: Southern Bahia, Brazil, 1890-1942," Ph.D. diss., University of Michigan, 1976, 175; Agenor Bandeira de Mello, ed., *Cartilha histórica da Bahia: A república e seus governadores*, 2. ed. (Salvador, Bahia: Gráfica Central, 1978, p. 172-3).
- 45 Wright, "Market, Land, and Class," III-14, p. 172-76.
- 46 N. da T.: Reprodução do original de Epaminondas Berbert de Castro, p. 11.
- 47 Epaminondas Berbert de Castro, *Formação econômica e social de Ilhéus* (Ilhéus, Bahia: Prefeitura Municipal de Ilhéus, 1981), II-21. Desse discurso, parece claro que Berbert de Castro leu a literatura sobre os agricultores progressistas paulistas que Weinstein observa que estava surgindo em São Paulo nos anos 1920 (Barbara Weinstein, "The Decline of Progressive Planter", In: Joseph, Gilbert (ed.). *Reclaiming the Political in Latin American History*. Durham: Duke University Press, 2001).
- 48 Campos, *Crônica*, p. 443.
- 49 Sobre os agricultores progressistas paulistas, ver Bárbara Weinstein, "The Decline of Progressive Planter", In: Joseph, Gilbert (ed.). *Reclaiming the Political in Latin American History*. Durham: Duke University Press, 2001.
- 50 Antes e depois da proclamação da República, o real (pl. réis) era a unidade da moeda corrente no Brasil. Mil réis eram um conto, geralmente escrito como 1:000\$000. 10:000\$, então, seriam dez contos e equivaleriam de 5.000 a 10.000 pés de cacau bem produtivos naquele tempo. Eusínio Lavigne, *Como nasceu o Instituto de Cacau da Bahia* (Salvador, Bahia, 1974), 4; Wright, "Market, Land, and Class," chapter 4.
- 51 Sobre a impressão que os nomeados de Vargas tiveram da região do cacau, ver Juracy Magalhães, *Minha vida pública na Bahia* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 112).
- 52 Lavigne, *Como nasceu*, 4-5; Otto E. Seligsohn, *O cacau da Bahia: História e problemática* (Salvador, Bahia: Edição IPESA, 1970, p. 23); Wright, "Market, Land, and Class," chapter 4.
- 53 Instituto de Cacau da Bahia, Livro de Associados; Seligsohn, *O cacau*, p. 23; Wright, "Market, Land, and Class," chapter 4.
- 54 Ignácio Tosta Filho, *Reestabelecendo a verdade sobre o cacau brasileiro*; Tosta Filho, *Instituto de Cacau da Bahia*, seção B do volume 2 do plano de ação econômica para o Estado da Bahia, *Relatório da diretoria referente ao ano de 1935* (Salvador, Bahia, 1936).
- 55 Gregório Bondar, *A cultura de cacau na Bahia*, Instituto de Cacau da Bahia, Boletim Técnico no. 1 (São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 23). N. da a.: está conforme o original.
- 56 Jorge Amado, *O país do carnaval, Cacau, Suor*. 10ª ed. (São Paulo: Martins Fontes Editora, 1961, p. 149). N. da a.: Conforme o original.
- 57 Amado nega qualquer relação direta entre seus personagens e os seres humanos reais. Jorge Amado, *O menino grapiúna* (Rio de Janeiro: Editora Record, 1981), II-14; e *Navegação de Cabotagem* (Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, p. 444-47).
- 58 Amado, *O país do carnaval, Cacau, Suor*, p. 154-55, 187-89.

- 59 Jorge Amado, *The Violent Land*. Trans. Samuel Putnam (New York: Avon, 1988), originalmente publicado como *Terras do Sem Fim* (São Paulo: Martins Fontes Editora, 1943); Jorge Amado, *The Golden Harvest*. trans. Clifford E. Landers (New York: Avon Books, 1992), originalmente publicado como *São Jorge dos Ilhéus* (São Paulo: Martins Fontes Editora, 1944).
- 60 Amado, *The Violent Land*, p. 203.
- 61 Ibid., p. 32-33.
- 62 Ibid., p. 32-33.
- 63 Amado, *Cacau*, p. 155.
- 64 Jorge Amado, *Terras do Sem Fim*, 66th ed. (30th ed. Record). (Record, 2000, p. 94.)
- 65 Jorge Amado, *São Jorge dos Ilhéus*.
- 66 Bobby J. Chamberlain, *Jorge Amado*, Twayne's World Author Series (Boston: Twayne Publishers, 1990, p. xvi).
- 67 Jorge Amado e Adonias Filho, *A nação grapiúna: Adonias Filho na Academia*, Série: Biblioteca de Estudos Literários, 2 (Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965).
- 68 Clovis Caldeira. Fazendas de Cacau na Bahia. Documentário da Vida Rural, nº 7. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço da Informação Agrícola, 1954. Pan American Union, *Documentary Material on Cacao: For use of the Special Committee on Cacao of the Inter-American Social and Economic Council*, Washington, D.C., 1947; Inês Amélia Leal Teixeira Guerra, "O cacau na Bahia," *Revista Brasileira de Geografia* 14 (1952, p. 81-99); Carlos de Castro Botelho, "Aspectos geográficos da zona cacauera na Bahia," *Revista Brasileira de Geografia* 16, 2 (Abril-Junho, 1954, p. 161-212); Anthony Leeds, "Economic Cycles in Brazil: The Persistence of a Total Culture-Pattern: Cacao and Other Cases," Ph.D. diss., Columbia University, 1957; e Milton Santos, *Zona do cacau: Introdução ao estudo geográfico*, 2ª ed. (São Paulo: 1957).
- 69 Navarro, "Movimentos Sociais," p. 248-54; Seligsohn, *O cacau*, p. 32; Garcez e Guerreiro, *Bahia cacauera*, p. 39-43; Amílcar Baiardi, *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauera da Bahia* (São Paulo: Editora Hucitec, 1984, p. 62-65).
- 70 Jorge Amado, *Gabriela, Clove, and Cinnamon*, trans. James L. Taylor and William Grossman (New York: Avon Books, 1978, p. 22-28); originalmente publicado como *Gabriela, Cravo e Canela* (São Paulo, Editora Martins Fontes, 1958).
- 71 Eusíbio Lavigne, *Cultura e regionalismo cacauero: A personalidade de Manoel Ferreira da Câmara Betencourt e Sá* (Rio de Janeiro: Editora Cultura Brasileira, 1967, p. 23-24); Entrevista com Dona Alina Afonso de Carvalho, 20 de julho de 1999.
- 72 Sobre a CEPLAC, ver Garcez e Guerreiro, *Bahia cacauera*, 44; Baiardi, *Subordinação*, 65-68.
- 73 Carlos Pereira Filho, *Ilhéus, terra do cacau* (Ilhéus, Bahia: Editora Andes, n.d., p. 17-18). N do a: conforme original português.
- 74 Carlos Pereira Filho, *Ilhéus, terra do cacau* (Ilhéus, Bahia: Editora Andes, n.d., p. 17-18); 64. N do a: conforme original português.
- 75 Odette Rosa da Silva, "Os homens do cacau," Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 1975, p. 289-91.
- 76 Brandão e Rosário, *Estórias da história*, p. 83-342.
- 77 Ibid., p. 283.
- 78 Sobre o período militar na região do cacau, ver Bandeira de Mello, ed., *Cartilha histórica*, p. 172-173.
- 79 Entrevista com dona Carmen Sá Steiger Queiroz, 02 de abril de 1989; dona Alina Berbet de Carvalho, 20 de julho de 1990.
- 80 Adonias Filho, *Sul da Bahia: Chão de Cacau (Uma civilização regional)* (São Paulo: Civilização Brasileira, 1976, p. 27-28, 43, 51-53, 77-80).

- 81 Angelina Nobre Rolim Garcez, "Mecanismos de formação de propriedade cacaueteira no eixo Ilhéus-Itabuna (1890-1930)," dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 1977, p. 15-20, 165; Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, "Os donos dos frutos de ouro," dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 1979; CEPLAC, *Diagnóstico sócio-econômico da região cacaueteira*, vol. 9 (Ilhéus, Bahia: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira, 1976, p. 17, 24); Angelina Nobre Rolim Garcez e Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, *Bahia cacaueteira: Um estudo de história recente* (Estudos Baianos, Universidade Federal da Bahia, no. II, Salvador, Bahia: Núcleo de Publicações do Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1979).
- 82 Guerreiro de Freitas, "Os donos dos frutos de ouro" n. p.
- 83 Wright, "Market, Land, and Class," p. 29-44.
- 84 Eul Soo Pang, *Bahia in the First Republic*; Dain Borges, *The Family in Bahia*, p. 21, 56.
- 85 Gustavo Aryocara de Oliveira Falcón, "Os coronéis do cacau: Raízes do mandonismo político em Ilhéus, 1890-1930," dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 1983, p. 21; Baiardi, *Subordinação*, p. 57; Selem Raschid Asmar, *Economia da microrregião cacaueteira* (Ilhéus, Bahia: CEPLAC, 1985). Falcon revisou esta visão das origens da lavoura cacaueteira quando publicou a dissertação como livro.
- 86 Jorge Amado, *Showdown*, trans. Gregory Rabassa (New York: Bantam Books, 1988), originalmente publicado como *Tocaia Grande: a face obscura* (São Paulo: Editora Record, 1986).
- 87 Comunicação Pessoal, Agenor Gasparetto, Junho de 1989. Para outros debates entre Gasparetto e Asmar, ver Gasparetto, *Cacau, mitos e outras coisas mais* (Itabuna, Bahia: Proplan, 1986).
- 88 Ver CEPLAC, *A socioeconomia da região*.
- 89 A importância dos monumentos e da paisagem física na criação de nossas idéias sobre o passado é explorada em David Lowenthal, *The past is a foreign country* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990).
- 90 Hawlbachs, *On Collective Memory*, p. 82.
- 91 Bastide, *African Religions*, p. 240-48.
- 92 Para uma discussão significativa sobre o esquecimento, ver Cohen, *The Combining of History*; ver também o fascinante ensaio de Jeffrey Gould de La Matanza in El Salvador in Joseph, Gilbert (ed.). *Reclaiming the Political in Latin American History*. Durham: Duke University Press, 2001.

Recebido em: Março de 2007

Aprovado em: Junho de 2007